

CARLOS FORTUNA

**PROBLEMAS DA SOCIEDADE PORTUGUESA
CONTEMPORÂNEA:
TEORIA, EPISTEMOLOGIA E DIDÁCTICA**

Fevereiro de 1993
Oficina nº 35

OFICINA DO CES

Publicação seriada do

Centro de Estudos Sociais

Praça de D. Dinis

Colégio de S. Jerónimo, Coimbra

Correspondência:

Apartado 3087 — 3000 Coimbra

CARLOS FORTUNA

PROBLEMAS DA SOCIEDADE PORTUGUESA CONTEMPORÂNEA:

TEORIA, EPISTEMOLOGIA E DIDÁCTICA ¹

ÍNDICE

Introdução	2
Capítulo 1	
Orientação geral do curso	
1.1. Introdução	4
1.2. Fundamentos Teórico-Epistemológicos	5
1.2.1. Confronto e Articulação de Discursos: Riscos e Virtualidades	6
1.2.2. Coerência Curricular Formal	9
Capítulo 2	
Plano de estudos	
2.1. Apresentação Geral do Plano de Estudos	12
2.1.1. Objectivos e Apresentação Sumária do Programa	13
2.1.2. O Programa da Cadeira	15
3.1. Programa Desenvolvido da Cadeira	17
3.1.1. Contextos Sociais e Temporalidades na Análise da Sociedade Portuguesa: Uma Introdução	17
3.1.2. Portugal: Sociedade Semiperiférica	19
3.1.3. Identidade Nacional, Cultura e Religião	21
3.1.4. Economia e Sociedade	25
3.1.4.1. O Trabalho	25
3.1.4.2. A Industrialização	27
3.1.4.3. As Classes Sociais	28
3.1.4.4. Os Movimentos Migratórios	30
3.1.5. Estado e Sociedade: Do Estado Novo ao Estado Democrático	32
3.1.6. Estado e Sociedade: O Estado-Providência em Portugal	35
3.1.7. Estado e Sociedade: A Sociedade-Providência em Portugal	39
3.1.8. Estudo de Casos: Pobreza e Trabalho Infantil	44
Capítulo 3	
Bibliografia Utilizada	48

¹ Este texto constitui uma versão reduzida do relatório científico-pedagógico com que o autor se candidatou ao lugar de Professor Associado da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Da análise da cadeira de *Problemas da Sociedade Portuguesa Contemporânea*, do 2º semestre do 2º ano da Licenciatura em Sociologia daquela Faculdade, objecto desse relatório, foram agora substancialmente reduzidas as referências às questões pedagógicas, aos métodos de ensino e à avaliação de conhecimentos.

Problemas da Sociedade Portuguesa Contemporânea funcionou, pela primeira vez, no ano lectivo de 1989-90, tendo o autor sido o responsável pela elaboração do seu plano curricular. É-me grato registar a competência e o empenho postos pelo colega Dr. Claudino Ferreira na fase de planeamento e preparação do programa da cadeira. Com ele, hoje o responsável pela leccionação da cadeira, partilhei também a responsabilidade das aulas durante os primeiros anos lectivos do seu funcionamento.

É exclusivamente minha, porém, a responsabilidade pelo presente texto e, naturalmente, pelas interpretações e pontos de vista nele sustentados.

I n t r o d u ç ã o

A preparação do plano de estudos de uma qualquer cadeira obriga-nos a reflectir de modo muito particular sobre a natureza dos conteúdos curriculares e as respectivos graus de exigência e modos de abordagem, as metodologias de trabalho e regimes de avaliação. Estas questões assumem particular acuidade quando a cadeira que se prepara é um curso introdutório ao estudo da sociedade portuguesa contemporânea. A questão central com que nos defrontamos é a da natureza dos conteúdos curriculares e, como passarei a demonstrar de imediato, o que me parece mais aconselhável é estimular um conhecimento simultaneamente globalizante e específico sobre a sociedade portuguesa.

Existe aqui um duplo desafio. Por um lado, a *negociação* entre um conhecimento globalizante e específico requer não só uma selecção rigorosa e actualizada dos materiais de estudo sobre a sociedade portuguesa, na sua maior parte produzidos por investigadores nacionais, como aconselha também um esforço de confronto e comparação com outras situações nacionais, nomeadamente no quadro das sociedades europeias. Por outro lado, subjacente a esta *negociação*, encontra-se uma dificuldade teórico-epistemológica que se manifesta aos dois níveis seguintes: primeiro, na transposição dos problemas *sociais* em problemas *sociológicos*; segundo, na busca de uma linha teórica e analítica que sustente e faça frutificar não só a selecção dos conteúdos, mas, e principalmente, os instrumentos interpretativos a que aqueles podem ser sujeitos. Discutirei estas questões mais adiante, procurando mostrar as contingências e justificar as opções que, umas e outras, se perfilam não apenas quando se arquitecta um plano de estudos do tipo do adoptado nesta cadeira, como também, e com intensidade acrescida, no desenrolar da respectiva acção pedagógica.

Como qualquer plano de estudos, procurei que o programa de *Problemas da Sociedade Portuguesa Contemporânea (PSPC*, como passarei a designá-la doravante) estivesse atento a várias condicionantes. Desde logo ao facto de a cadeira ser leccionada no 2º semestre do 2º ano de Sociologia. Este facto impõe uma atenção particular à circunstância de os estudantes apresentarem uma formação sociológica ainda débil, adquirida ao longo do seu 1º ano, através da cadeira de Introdução e Metodologia das Ciências Sociais. Responsável por esta outra cadeira, conheço com particular acuidade o *background* sociológico dos estudantes de *PSPC* que, dada a ausência de uma cadeira específica de formação sociológica no seu currículo, trazem consigo uma formação geral onde pontua a reflexão epistemológica sobre a natureza e os obstáculos impostos à produção do conhecimento científico.

Se o ensino é um desafio, é preciso estar-se permanentemente atento e ser-se capaz de inovar os seus objectos e de flexibilizar a sua mensagem. Esta inovação e flexibilização são o corolário de uma prática sujeita à influência quer de novas linhas de problematização que se vão perfilando no domínio científico, quer da variabilidade da intensidade com que se manifestam ou insinuam transformações e processos sócio-culturais que não devem escapar à atenção dos estudantes de Sociologia. Tanto a investigação dos próprios docentes, como de resto também as próprias manifestações fundamentadas de interesses dos estudantes podem e devem, com benefícios múltiplos, ser incorporadas entre as matérias de estudo.

Darei sequência a este texto com uma apresentação dos fundamentos teórico-epistemológicos que considero deverem pautar o estudo da sociedade portuguesa numa cadeira propedêutica como a que aqui se analisa. No capítulo seguinte, apresento, primeiro, o plano de estudos na sua generalidade, ao que se segue uma análise desenvolvida dos respectivos conteúdos. Detenho-me então em cada um dos pontos do programa proposto, analisando e justificando não apenas os seus conteúdos particulares, mas ainda a bibliografia correspondente, tanto a de leitura obrigatória como complementar ou facultativa. Esta mesma bibliografia será apresentada no final.

Capítulo 1

ORIENTAÇÃO GERAL DO CURSO

1.1. INTRODUÇÃO

Tanto quanto julgo conhecer, na generalidade das Licenciaturas em Sociologia existentes em Portugal, existe uma marcada tendência para sujeitar o estudo da sociedade portuguesa aos pressupostos teóricos e metodológicos das diferentes áreas ou disciplinas sociológicas. Esta inspiração disciplinar a que a sociedade portuguesa é deixada constitui uma variante do procedimento epistemológico que caracteriza o pensamento social da modernidade.

Com efeito, o paradigma moderno da ciência tem procedido através da parcelização do conhecimento em áreas próprias, na justa medida em que diferentes corpos científico-disciplinares se foram constituindo e alcançando reconhecimento institucional. A realidade social tende, em consequência, a ser fragmentada ao sabor do saber de diferentes especialidades científicas, com conhecidos prejuízos impostos à constituição de um conhecimento globalizante.

Ora, a uma escala menor mas igualmente fragmentária do conhecimento, no campo específico da Sociologia, as várias disciplinas especializadas tendem a produzir efeitos semelhantes. Partindo embora de uma matriz teórico-filosófica comum, a Sociologia Rural ou Urbana, Industrial ou Política, por exemplo, procuram interpretar a realidade social de acordo com os instrumentos metodológicos e os pressupostos teóricos que reivindicam para a sua própria especialidade. A sociedade portuguesa surge, deste modo, transfigurada numa sociedade rural ou urbana, industrial ou política, consoante o diapasão disciplinar que a afere momentaneamente.

O princípio orientador principal em que se funda a construção da cadeira de *PSPC* é justamente o de proceder à inversão desta tendência para a compartimentação do conhecimento de acordo com as linhas de demarcação das chamadas sociologias especializadas. A sociedade portuguesa, como qualquer outra sociedade ou comunidade, dificilmente, se tal é mesmo sustentável, pode ser compaginada nos limites forçosamente estreitos de compartimentos sociológicos disciplinares. Uma interpretação sociológica sem fronteiras, tanto internas como externas, da sociedade portuguesa contemporânea, no entanto, impõe uma cautelosa avaliação

epistemológica das condições da sua própria produção. É desta avaliação e das conclusões a que cheguei aquando da preparação dos conteúdos e métodos pedagógicos da cadeira que pretendo dar conta nesta secção.

1.2. FUNDAMENTOS TEÓRICO-EPISTEMOLÓGICOS

São conhecidas as virtudes das sociologias especializadas, enquanto formações cognitivas que procuram fornecer instrumentos de aprofundamento do conhecimento parcelar. Mas, em simultâneo, são também conhecidos os seus vícios. As diferentes disciplinas sociológicas não conseguem evitar e tendem mesmo a contribuir para a marginalização de "parcelas" importantes do conhecimento sociológico sobre a realidade social. Os seus instrumentos analíticos e conceptuais, as suas interrogações teóricas de partida (e de chegada), os seus procedimentos metodológicos estandardizados tendem a autojustificar-se no acto epistemológico da sua própria autonomização. Para que possam frutificar, exige-se uma síntese que não cabe nos limites internos de cada uma das especialidades, antes exigindo uma postura de reflexão teórico-epistemológica acima e para além dos constrangimentos impostos pela criação de fronteiras interdisciplinares.

Esta preocupação, do domínio da filosofia do conhecimento e da sociologia da ciência, constitui uma pedra angular do modo como foi inicialmente pensada a inclusão da cadeira de *PSPC* na Licenciatura em Sociologia de Coimbra e, depois, arquitectado o seu conteúdo programático.

Não cabe no âmbito específico deste texto uma discussão aprofundada desta questão e das distorções a que pode conduzir. No entanto, não posso prosseguir sem deixar explicitadas duas dimensões práticas que condicionam a orientação geral conferida à cadeira de *PSPC*. A primeira destas dimensões é de natureza fundamentalmente teórico-epistemológica e diz respeito, por um lado, ao confronto e à articulação entre o conhecimento sociológico global e disciplinar e, por outro lado, ao confronto e à articulação dos discursos científico e vulgar. A segunda, derivada da anterior, é uma questão relativa à coerência curricular formal e respeita à localização da cadeira no plano geral da Licenciatura em Sociologia.

1.2.1. CONFRONTO E ARTICULAÇÃO DE DISCURSOS: RISCOS E VIRTUALIDADES

Quanto à *primeira orientação*, ela resulta da avaliação crítica a que o paradigma da ciência moderna tem sido sujeito ao longo da última década e meia. Neste sentido, a reflexão de

Boaventura de Sousa Santos sobre os fundamentos e limites do paradigma da ciência moderna tem-se revelado uma das contribuições mais esclarecidas e inspiradoras. Muito brevemente, aquilo que o autor chama de "paradigma emergente" constitui uma superação dos limites da fragmentação disciplinar do conhecimento a que temos estado sujeitos. É possível pensar que o novo modo de *fazer ciência*, nomeadamente o novo modo de *fazer sociologia*, sem eliminar por completo a fragmentação do conhecimento, a transforme de uma fragmentação disciplinar em uma outra de natureza temática. Em linguagem figurada, os temas tornar-se-iam uma espécie de "galerias por onde os conhecimentos progridem ao encontro uns dos outros", guiados por uma pluralidade metodológica e uma tolerância discursiva em busca do máximo rigor possível².

Orientar a cadeira de *PSPC*, como foi meu propósito inicial, de acordo com estes quatro elementos (selecção temática, pluralidade metodológica, tolerância discursiva e busca do máximo rigor sociológico possível), corresponde a exercitar um figurino científico-pedagógico capaz de romper com o que, como disse atrás, julgo ser o modelo dominante do estudo da sociedade portuguesa nos diferentes cursos de Sociologia em Portugal. Deve ser ressalvado, no entanto, que para assegurar que, nesta cadeira, os conhecimentos vão "ao encontro uns dos outros", é indispensável uma estratégia particular em que pautam dois riscos principais, ambos conscientemente assumidos.

O primeiro destes riscos respeita à transgressão do exclusivismo quer metodológico quer, principalmente, disciplinar com que são tradicionalmente tratados muitos dos temas que constituem o conteúdo programático da cadeira. Uma implicação directamente resultante deste risco reside na necessidade de operar uma selecção transversal dos temas a estudar, dado que o que está em causa é ensaiar uma análise transdisciplinar de problemáticas habitualmente tratadas disciplinarmente. O que se pretende é assim, por exemplo, interpretar alguns dos processos sociais que ocorrem nos campos em Portugal, sem forçosamente fazer sociologia rural, debruçar-me sobre a cidade sem forçosamente fazer sociologia urbana, ou mesmo discutir a natureza do Estado sem forçosamente fazer sociologia política.

Um dos principais prolongamentos deste primeiro risco diz respeito aos suportes conceptual e argumentativo utilizados. Como procurarei demonstrar adiante, para que a estratégia de oferecer da sociedade portuguesa uma leitura sociológica sem fronteiras possa resultar pedagogicamente, é necessário um esforço de deslocação dos conceitos para além do seu ambiente disciplinar de origem e transpô-los para outros contextos cognitivos. Ao mesmo tempo que permite escrutinar a capacidade heurística geral dos conceitos, este procedimento, ou, se se preferir, esta "emigração dos conceitos"³, pode originar uma particular incomodidade entre os

² Boaventura de Sousa Santos, *Um Discurso sobre as Ciências*. Porto, Afrontamento, 1987, pp.47-49.

³ Boaventura de Sousa Santos, *op. cit.*, p. 48.

estudantes que, no seu 2º ano, se mostram ávidos, por efeito das suas sociologia e filosofia espontâneas, do que chamaria um acerto de contas disciplinar com a sua formação académica.

Esta incomodidade dos estudantes de *PSPC* pode ser agravada se a ela se adicionar o *segundo risco* imposto pela estratégia epistemológica que enunciei. A opção tomada requer, como corolário da exercitação dos pressupostos do "paradigma emergente", uma re-aproximação entre o discurso científico e o discurso do senso-comum.

Por efeito da transgressão disciplinar e do seu correlato, a "emigração dos conceitos", o discurso pedagógico tende a naturalizar-se, isto é, a perder a aura disciplinar das sociologias especializadas. Aproximando-se, por esta via, de um discurso sociológico generalista (não-especializado), tende, mais do que nunca, a ser recebido como uma versão, no máximo, erudita do discurso típico do senso-comum, fundamentalmente prático, indisciplinar, pragmático e retórico. Esta *sensocomunização do conhecimento científico*⁴, ou se se preferir, esta ampla tolerância discursiva que deliberada e controladamente se procura instaurar na relação pedagógica estriba-se cientificamente nas chamadas epistemologias pós-bachelardianas que insistem nas virtualidades do preconceito, do *wishful thinking* e mesmo do erro, numa palavra, do senso-comum, na procura da mais rigorosa aproximação possível da ciência social à natureza e historicidade das sociedades⁵.

Quando transposto para o terreno concreto da experiência pedagógica de *PSPC*, o risco assumido que representa a tentativa de fazer re-encontrar a Sociologia e o senso comum tem-se revelado um instrumento propedêutico de extrema utilidade prática.

Justifica-se que a este propósito que me refira em particular um dos instrumentos pedagógicos utilizados⁶. Trata-se da apresentação e comentário semanal, a cargo de dois

⁴ A expressão é de Boaventura de Sousa Santos, *idem*, p. 57.

⁵ Entre nós, o tratamento mais sistematizado desta questão encontra-se em Boaventura de Sousa Santos, *Introdução a uma Ciência Pós-Moderna*, Porto, Afrontamento, 1989, em particular, no seu capítulo 2.

⁶ Com efeito, eliminei da presente versão a apresentação desenvolvida dos processos e instrumentos pedagógicos utilizados e dos regimes de avaliação adoptados. Pouparei o leitor aos detalhes da descrição, se disser apenas que a avaliação de conhecimentos é composta pelos seguintes três elementos:

A) *Apresentação e discussão oral* dos materiais da cadeira, pelo que cada estudante deverá sempre acreditar-se não só para fazer uma *apresentação* oral, como também para preparar um *comentário* a uma outra apresentação feita por um colega.

B) A elaboração de *duas fichas de leitura* de textos seleccionados:

C) Uma das seguintes alternativas:

C. 1.) Um *relatório escrito*, com um máximo de 3.000 palavras (cerca de 15 páginas modelo A4).

Este relatório, a ser discutido com o docente, tem em vista a formulação de uma possível investigação sobre um tema à escolha sobre a sociedade portuguesa. Deste modo, sem se pretender que essa investigação seja desenvolvida no âmbito da avaliação da cadeira, deseja-se tão-só que se justifique o *interesse* do tema escolhido e se enuncie o respectivo *enquadramento* teórico e *hipóteses* de trabalho, bem como o *tratamento* já conferido ao objecto de investigação proposto ("estado das artes"), a par do procedimento *metodológico* e referências *bibliográficas* mais pertinentes.

C. 2.) A realização de *uma prova final de 10 horas*. Esta prova inicia-se às 9 horas e deve ser entregue até às 19 horas do mesmo dia. É *obrigatória a discussão oral* da prova escrita que terá lugar pelo menos 48 horas após a elaboração desta última. Trata-se obviamente de uma prova com consulta, cujos enunciados, inseridos em envelopes fechados, serão distribuídos por sorteio.

estudantes, de uma selecção de peças jornalísticas (máximo de 5) sobre a sociedade portuguesa, cuja pertinência sociológica deve ser justificada. Este *Observatório de Imprensa*, como se convencionou chamar a este exercício semanal de leitura comentada, traduz a preocupação em trazer para o espaço da aula o confronto entre uma forma discursiva particularmente actuante do saber não-científico e o discurso sociológico⁷.

O recurso a este tipo de suporte informativo exige, por parte do docente, um investimento particular na denúncia sistemática das dificuldades epistemológicas implícitas neste tipo de discurso do senso-comum. Aqui requiere-se a mobilização da máxima imaginação sociológica possível, doseada, quando necessário, com uma espécie de humildade activa do sociólogo, nomeadamente quando no seu comentário utiliza a "emigração dos conceitos" ou acciona mecanismos de retradução da mensagem jornalística e procura, por analogia, conferir-lhe sentido sociológico. Tanto quanto posso assegurar pela minha própria experiência pedagógica, nesta exposição do sociólogo-docente à *evidência* jornalística, o papel do professor-sociólogo em nada fica invalidado, sendo mesmo possível admitir que tende a reconhecer-se-lhe seriedade intelectual. Assim sendo, a interpretação que faço deste desfecho leva-me a considerar que numerosos mecanismos da conflitualidade inter-discursiva terão sido apreendidos a um grau superior àquele que tendemos a admitir de princípio.

No uso de estratégias pedagógicas do tipo das que envolvem o *Observatório de Imprensa* acciona-se uma espécie de "regresso" ao conhecimento espontâneo. Este pode, no final, surgir enriquecido, mas também o discurso científico se legitima, na medida em que incorpora informação "corrente", a desconstrói e devolve sob novas fórmulas.

São vários os benefícios pedagógicos decorrentes daqui. Um dos benefícios mais salientes corresponde ao que José Madureira Pinto detecta para um contexto semelhante e que se salda na compreensão de que ambos os discursos, o discurso vulgar e o científico, são construções lógicas resultantes de um trabalho sobre categorias abstractas, não podendo ser confundidos com a realidade⁸. A progressão do conhecimento sobre a sociedade portuguesa depende, portanto, da forma como ela fôr interrogada a partir daquelas categorias abstractas e poderá revelar-se tanto mais criativa e rigorosa quanto melhor se der conta da conflitualidade existente entre diferentes

⁷ Ao lado do *Observatório de Imprensa*, e sempre que se mostra adequado à discussão em curso, procura-se proceder ao visionamento de debates ou documentários televisivos. José Madureira Pinto avalia o carácter obstaculizante da mensagem mediática que tende a reprimir as predisposições intelectuais indispensáveis à distanciação objectivante por parte dos estudantes (cf. José Madureira Pinto, "Postácio (Dez anos depois)", in António Joaquim Esteves e Stephen R. Stoer (orgs.), *A Sociologia na Escola: Professores, Educação e Desenvolvimento*, Porto, Afrontamento, 1992, pp. 199-208). Sendo inegável este efeito geral de distorção e fragmentação do conhecimento, a tentativa de trazer essa mensagem para o interior da própria aula para aí a confrontar, sem corresponder a qualquer intenção da sua cooptação, é uma das vias possíveis da minimização daquele seu impacto negativo que se amplia à medida que a mensagem é deixada à interpretação (semi)-espontânea.

⁸ José Madureira Pinto, "Epistemologia e Didáctica da Sociologia", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 14, Novembro de 1984, pp. 47-73.

interpretações eruditas, incluídas aqui as diversas interpretações oferecidas pelas várias formas de sociologia espontânea.

1.2.2. COERÊNCIA CURRICULAR FORMAL

Disse na Introdução que me encontrava numa posição particularmente privilegiada para detectar as expectativas e formular os objectivos do plano de estudos de *PSPC*. Convém agora explicitar melhor o sentido dessa afirmação. Faço-o com a dupla intenção de enunciar algumas perplexidades que me foram surgindo durante a elaboração do plano de estudos de *PSPC* e, ao mesmo tempo, de justificar a sua localização no plano curricular formal da Licenciatura em Sociologia.

Grande parte da consciência pedagógica e didáctica com que são assumidos os riscos que enunciei, decorre da minha experiência pessoal enquanto docente responsável pela cadeira de Introdução e Metodologia das Ciências Sociais. Tratando-se, como é conhecido, de uma cadeira do 1º ano, em que são discutidos aprofundadamente muitos dos problemas relativos à produção do conhecimento científico, nomeadamente, do conhecimento em Ciências Sociais, esta cadeira propedêutica pretende chamar a atenção dos estudantes para muitos dos aspectos mais problemáticos que acabei de enunciar. Em particular, os estudantes são confrontados e discutem em pormenor, ao longo de todo o primeiro semestre, questões relativas aos chamados obstáculos epistemológicos impostos ao conhecimento científico, a(s) ruptura(s) epistemológica(s) e o primado da teoria, a natureza e os limites da ciência moderna, a *disciplinação* do conhecimento e a busca da verdade, etc.⁹

Qualquer docente de ciências sociais tem um conhecimento mais ou menos apurado dos limites com que este tipo de problemáticas são reflectidas e incorporadas no trabalho intelectual dos estudantes. Socorrendo-me de novo da experiência de José Madureira Pinto, que tem vindo a reflectir aturadamente sobre estes limites, gostaria de reforçar a sua sugestão segundo a qual a dificuldade maior reside no enviesamento que os estudantes adquirem, antes de chegarem à Universidade, decorrente da grande predominância dada a esquemas mnemónicos de ensino-aprendizagem¹⁰. Na generalidade dos casos, a captação que fazem do discurso epistemológico sobre a produção do conhecimento científico é, em consequência, naturalizado e convertido em

⁹ A familiarização com estas problemáticas, a que acresce o conhecimento que recolhem nas cadeiras de Teorias Sociológicas I e de Métodos e Técnicas de Investigação Sociológica I, antes de chegarem à cadeira de que me estou a ocupar, permite-me julgar ser legítimo correr os riscos que assinalo, ainda que, e por isso mesmo, de uma maneira particularmente vigilante e controlada sobre os efeitos de incomodidade que possam ser gerados entre os estudantes mais activamente empenhados na busca de uma reflexão sociológica de tipo disciplinar.

¹⁰ A reflexão mais actualizada deste autor encontra-se em José Madureira Pinto, "Posfácio...", *op. cit.*

mero encargo de matérias a estudar ("fixar") para ser debitado posteriormente, em vez de ser visto como um processo de apreensão de categorias teórico-abstractas, de procedimentos e instrumentos aptos ao desempenho intelectual. Se estudantes de Licenciaturas como Economia ou Gestão de Empresas são particularmente resistentes a uma reflexão sobre os princípios epistemológicos da produção científica, os de Sociologia, embora em menor escala, não se afastam por completo deste figurino. No entanto, não creio que mesmo na relação de resistência e estranhamento, os estudantes não desenvolvam algum espírito crítico ou não eliminem mesmo grande parte dos seus apriorismos e enviesamentos adquiridos, renovando as suas metodologias de trabalho e as suas capacidades inventivas.

Quero com este testemunho pessoal traduzir a minha convicção de que não se pode confiar no efeito crítico que o confronto com a epistemologia poderá *per se* produzir na atitude intelectual dos estudantes do 1º ano. Isto mesmo se retira da reflexão de José Madureira Pinto, que não deixa de assinalar a necessidade urgente de promover uma aproximação real da aula com os contextos potenciais de observação, como forma de incentivar o que chama de "contra-olhar sociológico"¹¹.

Dito isto, resta acrescentar que estas iniciativas requerem a exercitação de esquemas pedagógicos que dêem sequência e reactivem permanentemente os princípios discutidos na cadeira de Introdução e Metodologia das Ciências Sociais. Decorre daqui a conveniência em integrar *PSPC* no 2º ano de Sociologia, na sequência imediata da cadeira de Introdução e Metodologia das Ciências Sociais.

Existe, no entanto, uma segunda razão justificativa para esta localização da cadeira no plano curricular da Licenciatura. A natureza propedéutica da cadeira do 1º ano, em que sobressai uma linha de orientação global do conhecimento e em que se sublinham os riscos decorrentes do conhecimento parcelar, de tipo disciplinar, aconselha a que a sociedade portuguesa, enquanto objecto de estudo, seja abordada sob o mesmo prisma.

Esta estratégia, além de me parecer a mais adequada científica e pedagogicamente, amplia as responsabilidades do docente. Ao docente que procure exercitar no espaço da aula os princípios orientadores que acabo de referir, cabe a responsabilidade, entre outras, de tomar a iniciativa de propor e enunciar claramente os objectos de estudo que melhor explicitem, na sua transgressão das fronteiras disciplinares, uma dada realidade social e denunciem as vicissitudes a que a sua interpretação pode estar sujeita. Uma tal responsabilidade amplia-se quando, como sucede com a cadeira de que estou a tratar aqui, a realidade social estudada é a sociedade

¹¹ José Madureira Pinto, "Postácio...", *op. cit., idem*, 204. Faço notar de novo que o *Observatório de Imprensa*, o visionamento de gravações-vídeo no espaço da aula, ou o convite a personalidades envolvidas em várias dimensões técnico-práticas de alguns dos objectos de estudo, ou ainda o envolvimento dos estudantes em contextos de observação directa e de investigação são processos que estimulam aquela aproximação da aula com a realidade exterior.

portuguesa e os seus *problemas*, tal como eles se insinuam na vertigem da nossa contemporaneidade.

Capítulo 2

PLANO DE ESTUDOS

2.1. APRESENTAÇÃO GERAL DO PLANO DE ESTUDOS

Procederei aqui à apresentação dos objectivos e métodos de trabalho da cadeira tal como são enunciados aos estudantes na primeira aula. Dividirei esta secção em duas partes. Nesta primeira parte, os leitores são convidados a percorrer comigo a apresentação geral ainda que sucinta do plano de estudos da cadeira. Darei conta em traços largos das temáticas que irão ser abordadas ao longo do semestre, abstendo-me, por enquanto, da justificação pormenorizada do seu conteúdo. É desta apresentação detalhada do plano que trata a segunda parte deste capítulo.

Os pressupostos epistemológicos da cadeira, enunciados no capítulo anterior, não constituem, naturalmente, objecto específico do seu plano de estudo. Contudo, creio que a aula de apresentação é um espaço privilegiado para dar a conhecer o tipo de preocupações que lhe subjazem. Deste modo, deve ser apresentado aos estudantes o conjunto de reflexões orientadoras da acção pedagógica que descrevi anteriormente, de molde a apelar para os seus recursos e capacidades de abstracção, indispensáveis para uma adequada aproximação teórica à realidade.

Nesta aula de apresentação sublinho, também, os objectivos pedagógicos de uma cadeira que, como *PSPC*, foi pensada em moldes de transgressão das fronteiras disciplinares do conhecimento, procurando promover uma atitude metodológica plural e uma postura discursiva tolerante.

É nesta sequência que passo à enunciação dos temas a estudar, fazendo uma breve síntese introdutória para cada um. Reproduzo de imediato o texto de apresentação do programa de estudos proposto e a lista de tópicos que constituem o seu conteúdo, ambos distribuídos aos estudantes nesta primeira aula:

2.1.1. OBJECTIVOS E APRESENTAÇÃO SUMÁRIA DO PROGRAMA

O objectivo principal desta cadeira é a familiarização dos estudantes com os processos sociais, culturais e políticos que mais têm marcado a evolução recente da sociedade portuguesa. A "leitura" da sociedade portuguesa contemporânea que aqui se produz é conduzida por uma postura interrogativa que é o princípio metodológico mais adequado à identificação e questionamento dos vários objectos de estudo seleccionados.

*Não há **uma** teoria sobre a sociedade portuguesa. Isto não quer dizer que o estudo que aqui se produz seja a-téorico ou imetódico. O curso é conduzido por um princípio teórico orientador que parte da hipótese central de que a sociedade portuguesa é uma sociedade semiperiférica no contexto internacional.*

*São várias as implicações metodológicas daqui decorrentes. Desde logo a hipótese da semiperiferidade da sociedade portuguesa aconselha a que, sempre que possível, se procurem estabelecer **análises comparativas** com outras sociedades e buscar, tanto nos contrastes como nas similitudes, as linhas demarcadoras da especificidade sociológica de Portugal. Por outro lado, aquela hipótese teórica exige que se procurem respeitar os **fundamentos históricos** da condição semiperiférica portuguesa, de modo a melhor especificar tanto as linhas de ruptura como as de continuidade sócio-histórica presentes nos vários processos em análise.*

A par da teoria principal que preside às interrogações a fazer, são precisos outros instrumentos teóricos de alcance intermédio e regional que melhor ancorem quer análises específicas como sejam as da relação Estado - sociedade civil, da natureza "providencial" do Estado e da sociedade portuguesa, quer processos sociais e modos de vida concretos como a questão da pobreza, da economia subterrânea, do trabalho infantil ou dos lazeres e do turismo em Portugal.

*É no respeito por estes princípios teóricos e metodológicos que o **Ponto 1** do programa interroga sucessivamente o significado sociológico de "problemas", de "sociedade portuguesa" e de "contemporaneidade". Os "problemas" da sociedade portuguesa são objecto de estudo apenas enquanto "problemas sociológicos" que, podendo originar-se em contextos sociais, institucionais e geográficos variados, não raro para além das fronteiras físicas delimitadoras do espaço nacional, têm neste uma concretização específica. De igual modo, também as temporalidades históricas em que ocorrem e se desenrolam aqueles problemas aconselham a que se flexibilize e faça recuar a significação sociológica do conceito de contemporaneidade até à viragem do século XIX para o século XX.*

*Os Pontos 2, 3 e 4 do programa são profundamente marcados por esta postura teórico-metodológica. No **Ponto 2** interroga-se a validade do conceito de semiperiferia aplicado a*

Portugal, fazendo uso do vínculo colonial-imperial de finais do século passado e confrontando-o com o processo de descolonização de meados da década de 1970 e posterior integração na Comunidade Económica Europeia. Ao longo destes cem anos alterou-se ou perdeu-se, e de que modo, o carácter semiperiférico de Portugal?

*O **Ponto 3**, ao debruçar-se sobre a identidade nacional, expõe e interroga os contextos sociais e as fórmulas sob os quais se produzem as imagens acerca da nação desde as duas últimas e agitadas décadas do século passado. Que imaginários sociais se foram construindo e que discursos foram sendo produzidos sobre a política, a cultura e a religião enquanto elementos constitutivos da nacionalidade? Que objectivações (se algumas) desses imaginários presidem hoje ao auto-reconhecimento de Portugal? Que correspondências existem entre as práticas sociais e esses imaginários e discursos? A que fracturas estão sujeitas? Classistas? Regionais? Etárias?*

*O **Ponto 4** analisa um longo ciclo de evolução sócio-económica de Portugal, a partir de quatro vectores: a questão do trabalho, o processo de industrialização, as configurações da estrutura das classes sociais e as dinâmicas migratórias. Que virtudes e constrangimentos enunciam para a sociedade portuguesa?*

*Os quatro pontos restantes do programa são aqueles onde mais se faz sentir a necessidade do recurso a teorias regionais. Sucede assim no **Ponto 5**, em que se analisa a questão política do Estado do pós-guerra. Acima de tudo, o que se pretende questionar é a natureza e evolução do Estado Novo e a transição para o regime democrático. Do autoritarismo político para a democracia que rupturas se efectuaram e que continuidades se registaram? Sobre que consensos e tensões se consolidaram um e outro regimes políticos?*

*As políticas sociais estatais são analisadas no **Ponto 6**. O caso da Segurança Social é o terreno privilegiado onde se discutirão a eficácia e os limites da acção social estatal numa sociedade semiperiférica como a portuguesa. Haverá em Portugal um "Estado-providência"? De que recursos (financeiros, técnicos e políticos) dispõe, em que áreas e como os redistribui? Que grupos sociais o sustentam e pressionam? Como se manifesta, se é que existe, a crise do "Estado-providência" em Portugal?*

*No **Ponto 7** interrogamo-nos sobre o funcionamento da "sociedade-providência" em Portugal. Será esta "sociedade-providência" uma forma genuína de organização da sociedade civil? Como se insinua ela em Portugal? Que tipo de relação estabelece com as capacidades providenciais do Estado? Como se organiza, mantém e evolui? Como se reproduzem nos espaços urbanos nacionais as redes de solidariedade, de reciprocidade, de entre-ajuda que encontramos nos espaços rurais? Que formas organizacionais assumem e que imagens*

projectam, ainda que difusas, aquelas redes? Será a família em Portugal uma agência privilegiada dos fluxos de solidariedade?

*O **Ponto 8**, por fim, detém-se na análise sociológica circunstanciada de dois fenómenos sociais: por um lado, as condicionantes sócio-económicas e as condições de reprodução da pobreza em Portugal; por outro lado, trabalho infantil, como forma particular de organização económica subterrânea e informal que tende a reforçar a precarização do trabalho. Qual a incidência e as repercussões destes **problemas** na sociedade portuguesa?*

2.1.2. O PROGRAMA DA CADEIRA

1 - Contextos sociais e temporalidades na análise da sociedade portuguesa: Uma introdução

2 - Portugal: Sociedade semiperiférica

- Os conceitos de sistema mundial e de semiperiferia aplicados à sociedade portuguesa (hipóteses de trabalho)

- A renegociação da semiperiferidade portuguesa: da descolonização à integração europeia

3 - Identidade nacional, cultura e religião

- A produção de imagens sobre a nação e os debates em torno da identidade nacional
- Imaginários, discursos e práticas sociais: cultura e religião

4 - Economia e sociedade: Trabalho, industrialização, classes sociais e movimentos migratórios

5 - Estado e sociedade: do Estado Novo ao Estado democrático

- Formação, consolidação e decadência do Estado Novo
- Do Estado Novo ao Estado democrático: rupturas e continuidades

6 - Estado e sociedade: O Estado-Providência em Portugal

- Génese, desenvolvimento e limites do Estado-Providência
- Estado, administração e burocracia no Portugal contemporâneo
- Normatividade e políticas sociais estatais: o caso da Segurança Social.

7 - Estado e sociedade: A Sociedade-Providência em Portugal

- Limites da acção social estatal e formas de organização da sociedade civil: as instituições privadas de solidariedade social
- Dinâmicas informais de solidariedade: as redes de solidariedade e entre-ajuda.
- A família em Portugal: crise e renovação da função providencial

8 - Estudo de casos: Pobreza e Trabalho Infantil

- A pobreza em Portugal: condicionantes sócio-económicas e reprodução da pobreza
- O trabalho infantil em Portugal: Economia subterrânea e precariedade do trabalho.

Feita esta apresentação do programa da cadeira e anunciados os os métodos de trabalho e o regime de avaliação, aqui só muito sucintamente referidos (nota 5), a primeira aula termina com a entrega aos estudantes do que chamo um "texto surpresa" que deve ser comentado na aula seguinte. Este "texto surpresa", designação devida à deliberada ausência de indicação da sua autoria e data de publicação, tem como objectivo ilustrar um dos principais fundamentos da cadeira: o conhecimento sociológico que nela se pretende transmitir está atento às diversas contribuições oriundas de vários tipos de discursos sobre a realidade social portuguesa contemporânea, entendida esta de modo amplo¹².

Na aula seguinte, o debate suscitado pela leitura de cada um destes textos mostrou ser um exercício de extrema utilidade para ajudar a fixar os estudantes na metodologia de trabalho que se pretende adoptar: os problemas da sociedade portuguesa que vamos estudar podem ser os mais variados e oriundos de diferentes matrizes de preocupação intelectual. O que se pretende privilegiar é a capacidade dos estudantes gerarem uma postura sociológica interrogativa própria, capaz de integrar e conferir significado a reflexões e a *problemas* que, muitos deles, não têm, à partida, qualquer intuito académico ou sociológico específico.

¹² Até agora foram distribuídos, alternadamente, os dois "textos-surpresa" seguintes:
 - "Somos um povo de pobres com mentalidade de ricos", de Eduardo Lourenço, do seu *O Labirinto da Saudade*;
 - Carta de Manuel Laranjeira, dirigida a Miguel de Unamuno e incluída no *Por Terras de Portugal e de Espanha*, deste último.

3.1. PROGRAMA DESENVOLVIDO DA CADEIRA

Depois da apresentação sucinta do Plano de Estudos e da Metodologias de Trabalho, darei conta nesta secção da análise desenvolvida desse mesmo plano. Indicarei, assim, as principais linhas de condução dos tópicos inscritos em cada um dos pontos anteriormente indicados. Não deixarei de chamar a atenção, sempre que se justifique, para a bibliografia recomendada, tanto a de leitura obrigatória como complementar, sendo que o leitores deste relatório poderão encontrar no capítulo 3 uma lista completa da bibliografia indicada. Naturalmente que o texto que se segue, dados os seus objectivos, foi deliberadamente descarregado de todas as indicações bibliográficas não estritamente indispensáveis e que, noutro tipo de texto, deveriam ser incluídas como forma de explicitar as referências teóricas, os desenvolvimentos temáticos e outros meios de contextualização do texto apresentado.

3.1.1. CONTEXTOS SOCIAIS E TEMPORALIDADES NA ANÁLISE DA SOCIEDADE PORTUGUESA: UMA INTRODUÇÃO

Feita essa apresentação sumária do plano de estudos e métodos de trabalho, e como forma de ilustrar a postura interrogativa que se privilegia na cadeira, sugiro que se ensaie a decomposição das categorias presentes na designação da cadeira. Este exercício tem que cativar a curiosidade intelectual dos estudantes e ilustrar com clareza a atitude problematizadora que se desja imprimir. Costumo iniciar este ponto do programa com o desenvolvimento das seguintes proposições, só aparentemente polémicas do ponto de vista sociológico:

A sociedade portuguesa não existe!

Os problemas das sociedades são aqueles que nós formos capazes de pensar!

A nossa contemporaneidade tem pelo menos uns cem anos!

A sociedade portuguesa existe apenas na medida em que a construímos teoricamente. A sociedade portuguesa pode ser o galo de Barcelos, mas também as políticas sociais; pode ser a crise dos têxteis, mas também a peregrinação a Fátima. A legitimidade sociológica da sua existência é a legitimidade da nossa interrogação. Enquanto objecto empírico, a sociedade portuguesa é teoricamente dependente, como são, de resto, os seus *problemas*.

É da mesma matriz interrogativa utilizada na *construção* da sociedade portuguesa que resultam os seus *problemas*. Portanto, estes são e existem apenas na medida do nosso pensamento. Quaisquer que sejam, os *problemas da sociedade portuguesa* têm que ser

convertidos em *problemas sociológicos* e sujeitos a uma interpretação científica correspondente¹³.

Mas o tipo de problemáticas a enunciar neste primeiro ponto do programa deve também levantar a questão da *contemporaneidade* com que devem ser analisados os *problemas da sociedade portuguesa*. O carácter contemporâneo da vida social pressupõe uma ruptura com uma temporalidade pré-contemporânea de contornos indefinidos e sempre difícil de operar com rigor. Creio que é cientificamente legítimo e pedagogicamente recomendável sublinhar a denúncia que pensadores proeminentes, de M. Weber a N. Elias, ou de C.W. Mills a K. Polanyi e, obviamente, a F. Braudel e a toda a Escola dos *Annales*, fazem da ilusão da actualidade vivida. Na sua diversidade, a crítica destes autores é uma viva denúncia do uso sociológico corrente em que o factor tempo é apreendido nos termos dramáticos de anos, dias e instantes, destacando peripécias repentinas e nervosas de personagens e acontecimentos. É pois de recomendar aos estudantes uma postura cautelosa no tratamento das variáveis temporais, de modo a distanciarem-se quanto possível desta concepção de contemporaneidade que, em última análise, tende a perturbar a avaliação das continuidades sociais.

A sociedade *contemporânea* portuguesa deve pois ser entendida com um grande recuo histórico-temporal. A persistência e a mudança, em regra historicamente lenta e gradual, que caracterizam a maioria dos processos sociais que constituem objectos de estudo da cadeira sugerem mesmo um entendimento secular da contemporaneidade portuguesa, a partir do qual ganha maior realce a sua actualidade.

Este recuo histórico, aliás, corresponde à atitude científica que, em meu entender, melhor se compagina com a evolução geral das sociedades e economias europeias depois das principais transformações ocorridas no rescaldo da chamada Grande Depressão de 1873-96. Desde então na evolução social e política das nações e dos estados europeus, e ao ritmo das oscilações detectadas por Kondratieff, têm-se detectado padrões de transformação tendentes a uma certa uniformização que permite esclarecer, numa escala internacional comparada, o sentido exacto da semelhança e da diversidade dos diferentes casos nacionais.

À luz das tendências gerais de transformação, que se concretizam num eixo duplo de tempo longo e de um espaço alargado, somos por vezes surpreendidos pela regularidade onde parecia dominar a diversidade e, *mutatis mutandis*, pela diversidade onde antes parecia sobressair a similitude dos processos sociais de transformação à escala nacional. De tal modo que as especificidades nacionais não passam, as mais das vezes, de diferenças nas intensidades e

¹³ Nesta problematização os estudantes são convidados a mobilizar os conhecimentos adquiridos no 1º ano através da leitura de autores como P. Berger, A. Santos Silva, Boaventura S. Santos, João Ferreira de Almeida e José Madureira Pinto.

ritmos com que as transformações sociais ocorrem nos limites dos diferentes estados-nação, ou nos agentes que as lideram e respectivos graus de envolvimento social que projectam.

Quando comparada com outras sociedades europeias, o que a sociedade portuguesa tem de específico, e que será objecto de análise da cadeira, é o carácter tardio e incompleto do seu surto industrializante de finais do século passado, ou a duração exagerada do regime corporativo-autoritário e a correspondente conservação de um império colonial em África, ou a intensa e ampla democratização iniciada em meados da década de 1970 e despoletada *manu militari*.

O desenvolvimento deste quadro interpretativo geral, correspondente ao primeiro ponto do programa, não é acompanhado de qualquer texto de leitura obrigatória. Apenas se sugere a leitura do meu texto "Desenvolvimento e Sociologia Histórica..."¹⁴ onde se desenvolvem alguns destes pressupostos e se ilustra uma possível "agenda de investigação" que tem subjacente o caso da sociedade portuguesa enquanto sociedade de nível intermédio de desenvolvimento, o que permite introduzir o tema seguinte.

3.1.2. PORTUGAL: SOCIEDADE SEMIPERIFÉRICA

Na sequência lógica do ponto anterior, deve discutir-se aqui a natureza da sociedade portuguesa, em termos da sua condição estrutural à luz de parâmetros históricos e internacionais.

A caracterização feita da sociedade portuguesa é subsidiária da teoria do sistema mundial, tal como desenvolvida inicialmente por Immanuel Wallerstein e adaptada ao caso português por alguns colegas da Faculdade de Economia, designadamente no âmbito do Centro de Estudos Sociais.

Adoptam-se na exposição as hipóteses de trabalho decorrentes da existência de uma economia-mundo capitalista tripartida (centro, periferia e semiperiferia). Depois de caracterizar a lógica de estruturação desta economia-mundo, a clarificação do conceito de semiperiferia, aplicado ao contexto português, deve seguir duas linhas de análise principais.

Numa primeira linha de análise acentua-se o carácter histórico da condição semiperiférica de Portugal, em que o país se apresenta numa condição simultânea de *subordinação*, ao nível económico da divisão de trabalho, e de *domínio*, a respeito das relações políticas coloniais, ao fazer das colónias africanas "a sua periferia".

¹⁴ Carlos Fortuna, "Desenvolvimento e Sociologia Histórica: acerca da teoria do sistema mundial capitalista e da semiperiferia", *Sociologia - Problemas e Práticas*, 3, 1987, pp. 163-195.

Esta é uma das interpretações heurísticamente mais consistentes para a interpretação do caso português no decurso de um longo período histórico e aquela em que pode também frutificar melhor a comparação com outras situações nacionais, nomeadamente europeias. Isto mesmo se procura fazer através da leitura do texto "Descolonização, o fim de um ciclo: Portugal, a África e a economia capitalista mundial", do autor deste texto¹⁵. No entanto, esta mesma perspectiva exige que se tenham em consideração as implicações do processo de descolonização sobre a condição semiperiférica portuguesa. Com a descolonização e o termo do império colonial, um dos elementos axiomáticos principais da semiperiferidade portuguesa, não terá também chegado ao seu termo essa mesma condição estrutural?

Numa segunda linha de análise dá-se continuação a esta questão. A resposta à questão deixada em aberto acerca dos efeitos da descolonização sobre a semiperiferidade portuguesa vai no sentido de se acautelarem conclusões apressadas e, antes, considerar que hoje, sem ter necessariamente alterado a sua condição estrutural intermédia, o país se encontra numa fase de redefinição dessa mesma condição, ilustrada pela adesão à Comunidade Europeia. O que esta linha de análise sugere é que, a par da análise histórica e comparada, se aborde também a forma como se materializam e desenvolvem as condições sócio-económicas e políticas internas de um país semiperiférico como Portugal.

A leitura requerida para acompanhar esta exposição é o texto de Boaventura de Sousa Santos, "Estado e sociedade na semiperiferia do sistema mundial: o caso português". Chama-se a atenção para o processo de descoincidência entre a produção capitalista e a reprodução social em Portugal, ao mesmo tempo que se mapeiam as principais fontes de rendimentos familiares nas diferentes regiões em Portugal¹⁶. Sem que se possa apontar esta descoincidência como um traço específico da condição semiperiférica portuguesa, ela indicia, porém, prolongamentos diversos ao nível das relações da sociedade civil com o Estado, bem como a própria natureza e formas de actuação deste último.

¹⁵ Para uma apreciação do conjunto dos textos de leitura obrigatória da cadeira, totalizando cerca de 400 páginas, apresenta-se no final, uma lista bibliográfica completa.

¹⁶ O texto de Boaventura de Sousa Santos é o único de que os estudantes têm já conhecimento, por fazer parte do material de estudo da cadeira de Introdução e Metodologia das Ciências Sociais.

Assinale-se, de passagem, que o argumento da descoincidência nele contido confere sentido sociológico ao discurso de Eduardo Lourenço sobre sermos um "povo de pobres com mentalidade de ricos", indicado acima como "texto-surpresa".

3.1.3. IDENTIDADE NACIONAL, CULTURA E RELIGIÃO

Este é um ponto em que se pretende analisar como se constituem, divulgam e são apropriadas as diferentes imagens e os discursos sobre a identidade nacional, ao que acresce uma discussão breve sobre valores e representações sociais.

Começo por fazer referência a duas facetas da construção da identidade nacional, tendo em vista introduzir outros tantos níveis de análise da questão da consciência nacional em Portugal. O primeiro, menos desenvolvido na cadeira, é o nível da construção da *memória* da nação. O segundo respeita à *imagem* da nação.

Quanto ao primeiro nível de análise - o da *memória* da nação -, pretendo fazer ressaltar o papel de protagonista exercido pelo Estado. Trata-se de uma estratégia accionada a partir do centro, isto é, da imagem que o Estado constrói de si próprio e da nação, orientada para a atribuição de coerência política e cultural e a integração da comunidade nacional num determinado espaço. A organicidade deste trabalho de produção e divulgação de símbolos pode plasmar-se no feiticismo de personagens e acontecimentos históricos e heróicos, como na construção de rituais de celebração, ou na invenção de tradições genuínas, de mitos e de símbolos unificadores¹⁷. Este é um processo em contínua progressão e, na actualidade, através do cinema, das comemorações das descobertas, das viagens de políticos a paragens distantes com um forte elo de ligação histórica a Portugal, mas também, e sobretudo, dos seus discursos continua a reforçar-se a memória colectiva da nação.

O segundo nível de análise - o da *imagem* da nação -, onde tende a ser menor a influência directa do Estado, pode ser surpreendido no trabalho e discurso dos intelectuais. Neste domínio, é extremamente rico o trabalho de Maria de Lourdes Lima dos Santos¹⁸ e à interpretação que a autora oferece sobre a forma como, na primeira metade do século passado, as diversas clivagens políticas e sociais condicionam as concepções da sociedade portuguesa, nomeadamente, no que se refere à estruturação dos grupos e classes sociais. A imagem da nação é, com efeito, determinada não apenas pela visão política que se tem da própria condição de intelectual, como das preferências sócio-políticas, como o atestam as apaixonadas intervenções de homens como A. Herculano, M. da Silveira, Passos Manuel, A. Garrett, entre outros.

Um novo e intenso debate sobre a identidade nacional e a imagem da nação iria ser aberto com as Conferências de Casino. Neste sentido, é vivamente recomendada a leitura do pequeno

¹⁷A este propósito pode notar-se como alguns destes mitos podem gerar sentimentos diversos e serem ou tornarem-se mesmo objectos de forte resistência política. Veja-se José Veiga Torres, "Um exemplo de resistência popular: O sebastianismo", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 2, 1978, pp. 5-33.

¹⁸ Maria de Lourdes Lima dos Santos, *Intelectuais Portugueses na primeira metade de oitocentos*, Lisboa, Presença, 1985, principalmente o Capítulo 2.

texto de A. de Quental (*Causas da Decadência dos Povos Peninsulares*) onde pontuam as críticas ao imobilismo das classes dominantes e aos efeitos do cristianismo e da expansão colonial como factores do *decadentismo* nacional. A crítica mordaz tem subjacente uma luta política por onde vai despontando um sentimento europeizante, de cariz socialista e republicano.

Creio que a formação histórica que os estudantes de *PSPC* têm lhes oferece um conhecimento acerca das questões que aqui estão a ser tratadas capaz de permitir uma reflexão sociológica acerca da forma como a mensagem sobre a memória e a imagem da nação são contextualizadas e, fundamentalmente, acerca dos veículos da sua divulgação e formas de apropriação. De acordo com as disponibilidades de tempo lectivo, creio que se pode aqui investir numa breve reconstituição do ambiente social e político, artístico e intelectual que poderá retratar a sociedade produtora e consumidora destas mensagens. Isto é tanto mais importante quanto é através do jornalismo, do teatro e literatura, das sociedades secretas, associações e tertúlias e do próprio ensino que estas mensagens se propagam. A análise do seu conteúdo pode, se fôr exercitada, ajudar a construir uma ideia das audiências a que era preferencialmente direccionada. Existem hoje algumas recolhas documentais, etnográficas, antropológicas e históricas que podem ajudar a clarificar esta dimensão do problema.

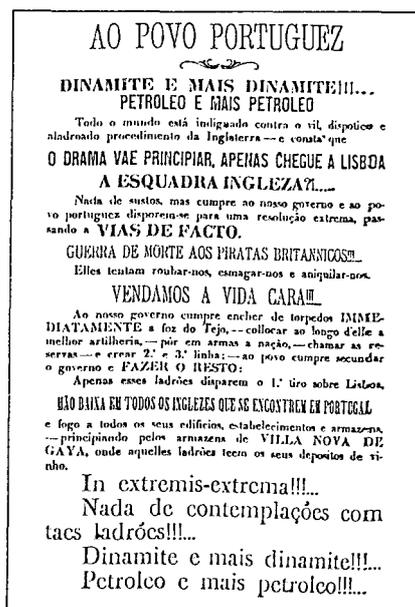
Na sequência desta questão, procuro mostrar que não são apenas os fenómenos e acontecimentos nacionais que forjam a imagem da nação. Esta é igualmente subsidiária do contexto político internacional. A. de Quental já o tinha demonstrado no seu texto, num momento da história europeia em que a questão do internacionalismo ganhava uma projecção política sem precedentes entre nós. A sua reflexão sobre Portugal não pode ser desligada desta influência europeizante. Neste sentido, podemos introduzir na aula a análise do fenómeno político europeu do último quartel do século passado de modo a ilustrar a construção do discurso nacionalista em Portugal. Procuro mostrar como os discursos políticos nacionalista e internacionalista se reforçam mutuamente. A crise e a concorrência económicas, a disputa inter-estados e a expansão colonial são o pano de fundo deste reforço mútuo de discursos. Pode então introduzir-se a descrição de uma importante peripécia histórica que envolveu Portugal, como o Ultimato inglês de 1890. Os feitos de viajantes e militares portugueses em África permitiam, nos meados da década de 1880, enaltecer a imagem e o discurso da nação que se engrandecera no seu internacionalismo. Do mesmo modo, o conflito de interesses internacionais daí resultante fez reforçar um discurso e uma imagem nacionalista da nação, em tons, aliás, nunca antes utilizados.

No sentido de procurar recriar, como dizia há pouco, o ambiente social desta época, procede-se à distribuição e comentário de um panfleto (reproduzido abaixo) que terá circulado na

cidade do Porto aquando do Ultimato¹⁹, bem como de uma selecção de *cartoons* de R. Bordallo Pinheiro. Quanto aos modos de vida quotidianos da época pode recorrer-se a descrições de tipo etnográfico²⁰. Todos estes elementos têm um cariz jornalístico, por vezes mesmo humorístico e panfletário que, por isso mesmo, suspende por um momento, com vantagens pedagógicas, a apresentação de um tema complexo, ao mesmo tempo que convida a uma reflexão sociológica sobre o seu conteúdo impressionista. Há inúmeras situações semelhantes na actualidade que podem ilustrar esta relação de confronto e articulação de discursos e dar sentido *contemporâneo* àquilo que, de outro modo, poderia surgir como uma tentativa de interpretação válida apenas para um determinado contexto histórico. Como nos finais do século passado, o momento que vivemos é também marcado por sintomas de crise económica e de redefinição do lugar de Portugal no mundo, onde se avolumam receios, e divulgam discursos e imagens que no seu inveterado nacionalismo se deixam conduzir pelo carácter internacional daquela renegociação²¹.

Procede-se depois a uma inflexão a caminho de uma discussão sociológica actualizada sobre os valores e representações sociais. Uma linha de abordagem que pode ser autonomizada

¹⁹ Dado o seu interesse iconográfico e a sua expressividade discursiva nacionalista, não resisto a reproduzir aqui este panfleto.



²⁰ Costumo fazer uma chamada particular a três pequenos textos, incluídos na colectânea de Luis Augusto Palmeirim (*Galeria de Figuras Portuguesas*), recentemente re-editada: "A Lavadeira de Alfama", "O Conselheiro" e "O Namoro de Janela Abaixo".

²¹ É neste sentido que se aconselha os estudantes à leitura de Boaventura de Sousa Santos, "11/1992: Onze Teses por Ocasião de mais uma descoberta de Portugal", Coimbra, *Officina do CES*, nº 21, 1990.

Nesta sequência, os estudantes são avisados da necessidade de entregarem, dentro de 15 dias, a sua primeira ficha de leitura. Trata-se de sintetizar, à luz de hipóteses sociológicas e não na esteira da psicologia social que lhe preside, um excerto do texto de Rui Aragão (*Portugal: O Desafio Nacionalista*), sobre a "psicologia nacional" dos portugueses. Este é o primeiro exercício escrito dos estudantes. A experiência mostra que, nem sempre bem sucedidos, os estudantes procuram realmente "sair" do texto e sujeitá-lo a um juízo sociológico crítico. Creio, assim, que o repto lançado nas primeiras aulas sobre a necessidade da re-leitura dos acontecimentos e discursos foi devidamente apreendido. Julgo mesmo que o facto de o texto a comentar ser um texto com algumas fragilidades interpretativas e sociologicamente insustentado, estimula o forte sentido crítico presente na generalidade das fichas de leitura apresentadas.

é a questão da religiosidade em Portugal. A este propósito são fornecidos, em primeiro lugar, dados empíricos sobre as práticas religiosas dos portugueses. A questão é depois analisada na perspectiva do processo de secularização e do "desencantamento do mundo". Neste particular, os estudantes são aconselhados vivamente a ler um dos dois textos seguintes: José Madureira Pinto, "A Religiosidade Camponesa e a Igreja"²² e João Pina Cabral, "O Pároco Rural..."²³, ambos demonstrando os mecanismos simbólico-ideológicos utilizados em pequenas comunidades rurais para descodificar e apropriar utilitariamente a mensagem religiosa, na sua confrontação com o mundo exterior e a realidade do trabalho.

No último ano lectivo os estudantes procederam também à leitura do texto que escrevi em co-autoria com Claudino Ferreira, então ambos docentes da cadeira, resultante da investigação sobre o imaginário e as práticas religiosas dos peregrinos-caminhantes a Fátima²⁴. Depois de descrever a gestão do percurso, procura-se detectar a natureza altruísta ou egoísta da promessa de "ir a pé a Fátima". Dada a natureza dominante das motivações materialistas, o carácter predominantemente egoísta da promessa e a discrepância entre crenças e práticas religiosas dos caminhantes, o texto demonstra o forte pendor refractário desta peregrinação a pé, por referência aos cânones do catolicismo moderno. Para além disso, as práticas que registam maiores níveis de adesão entre os peregrinos são as que não requerem a mobilização de firmes convicções religiosas, antes se regendo por critérios festivos e cerimoniais (como o baptismo, o casamento, e o desejo de funeral religioso). Todas as práticas que implicam maior envolvimento pessoal e a mediação do clero (como a ida à missa, o desejo da extrema unção, ou a comunhão) apresentam valores muito inferiores.

Para além da questão religiosa, este ponto do programa aborda outros valores e representações sociais, tal como os que são apresentados no texto de João Ferreira de Almeida (*Valores e Representações Sociais*, pp. 50-131). O texto interroga-se sobre as disposições valorativas dos portugueses, e em especial da juventude, por referência a quatro orientações principais²⁵, permitindo concluir que os jovens portugueses:

²² Incluído em José Madureira Pinto, *Estruturas Sociais e Práticas Simbólico-Ideológicas nos Campos: Elementos de teoria e de pesquisa empírica*, Porto Afrontamento, 1985 (pp.143-166).

²³ J. Pina Cabral, "O pároco rural e o conflito entre visões do mundo no Minho", *Estudos Contemporâneos*, 2-3, 1981, pp. 75-110.

²⁴ Carlos Fortuna e Claudino Ferreira, "Estradas e Santuários: Perfil Sócio-Religioso e Motivações dos Peregrinos-Caminhantes a Fátima", Comunicação apresentada ao 2º Congresso Português de Sociologia, Fevereiro de 1992 e reproduzida em *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 36, 1992.

Esta investigação havia sido produzida, no ano anterior, no âmbito dos trabalhos da cadeira, tendo contado com a participação directa de 16 dos seus 25 estudantes. Gostaria de sublinhar uma vez mais o contributo que a investigação desenvolvida no contexto da cadeira pode ter no processo de aprendizagem que pretende fazer "aproximar" o espaço da aula e a realidade social objecto.

²⁵ *Sensibilidade narcisista* (na esteira da tradição teórica de que são principais representantes Sennett e Lasch); b) *mentalidade de recrutamento* (Chatelet); c) *novo individualismo* (Lipovetsky e Vattimo) e d) *valores pós-materialistas* (Inglehart).

- apresentam uma sobreposição de referências (identidades micro e macro, combinação de formas sócio-culturais diversas);

- denotam uma multiplicação de elementos identitários (apoio a estratégias diversas de reivindicação política e de status);

- acolhem uma tendência para a constituição de identidades colectivas multiformes (sócio-profissionais, políticas e culturais, regionais, etárias e sexuais, religiosas e associativas).

Daqui resulta uma tendência geral, embora ainda nuanceada, para a adopção de valores de tipo pós-materialista, acompanhados da persistência de um modelo convivial em que pontuam solidariedades competitivas e efémeras em ascensão e solidariedades populares e localistas em queda.

3.1.4. ECONOMIA E SOCIEDADE: TRABALHO, INDUSTRIALIZAÇÃO, CLASSES

SOCIAIS E MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS

3.1.4.1. O Trabalho

Nos três anos de funcionamento da cadeira, na transição do ponto 3 para o ponto 4 do programa o tratamento da questão do trabalho tem ficado sujeito a oscilações quer no tocante à extensão de tempo que lhe é dedicado, quer mesmo à sua inclusão como tema específico. Na sequência da questão da "identidade, cultura e religião", e antecedendo o tratamento da industrialização, das classes sociais e dos movimentos migratórios, o tema do trabalho é apresentado a partir da interrogação sobre onde situar e como identificar os agentes responsáveis pela construção social da ideia de trabalho. Sendo uma questão de pendor epistemológico, procura-se com ela tão-somente estimular o questionamento de valores e operadores ideológicos sobre processos e fenómenos sociais que, de tão evidentes, não chegam, as mais das vezes, a ser interrogados. O limitado objectivo desta interrogação iniciadora da questão permite, de passagem, referir a investigação histórica que revela a existência de um outro universo valorativo, favorável ao não-trabalho como símbolo de privilégio e de distinção social, que terá marcado a sociedade pré-industrial portuguesa. Sustenta-se deste modo, com maior rigor, uma discussão sobre o trabalho como factor cujo entendimento social se forjou e foi consolidando no período de

industrialização com a qual, por seu turno, se foram dissipando os sintomas e estilos de vida típicos da antiga estrutura económica, social e valorativa do Portugal pré-moderno²⁶.

No necessariamente breve tratamento que é dado à questão, prossegue-se através da apresentação esquemática de quatro modelos culturais produzidos no quotidiano de trabalho: *unanimismo, negociação, separatismo e retraimento*²⁷. Daqui, ainda esquematicamente, podem apresentar-se os resultados relativos aos modelos culturais e comportamentais dos portugueses perante o trabalho, como sugere este autor na sequência do estudo de Geert Hofstede²⁸. Assim, de acordo com esta investigação, Portugal seria, entre 53 casos estudados, um país em que sobressai uma clara *distância hierárquica* nas relações de trabalho (acentuadas desigualdades de poder negocial). Quanto à chamada *rejeição da incerteza* (preocupação com a segurança no emprego), os portugueses seriam segundos, logo a seguir à Grécia, revelando dificuldade em aceitar opiniões diferentes das suas e uma forte tendência para situações de conflito, ansiedade e diminuta auto-confiança no trabalho. Uma terceira atitude seria a de uma fraca *cultura individualista* (35ª posição entre os 53 casos estudados), com tendência para a manutenção e reforço das identidades laborais colectivas. Por último, e ainda de acordo com a síntese que João Ferreira de Almeida faz de G. Hofstede, quanto à relação de *masculinidade/feminilidade*, ou se se preferir na escolha entre ambição e qualidade de vida, os portugueses situar-se-iam no grupo das culturas predominantemente femininas, dada a sua fraca ambição.

Este tipo de informação, profundamente positivista, não pode deixar de ser escrutinado no espaço da própria aula. Assim, não apenas se deve chamar a atenção sobre a validade científica daqueles modelos culturais sobre o trabalho, mas devem-se ainda problematizar as conclusões alcançadas nos índices construídos por Geert Hofstede. Sem querer entrar aqui nos detalhes da crítica a este quadro analítico, grande parte da qual, nomeadamente a de natureza metodológica, se encontra aliás enunciada no próprio texto de João Ferreira de Almeida, desejo no entanto chamar a atenção para a necessidade de uma alternativa analítica que, de momento, creio ter sido bem explicitada por José Madureira Pinto, num texto que deverá, assim, ser incluído entre as leituras a adoptar no próximo ano lectivo²⁹.

²⁶ Os contornos ideológicos e regionais da nova avaliação cultural do trabalho podem ser ilustrados através, por exemplo, da selecção de adágios populares ou pela leitura de um panfleto da autoria de Fernando Falcão Machado, datado de 1930 e significativamente intitulado "Lisbon enjoys, Oporto works, Coimbra studies and Braga prays! Why?".

²⁷ Esta é a proposta conceptual de Renaud Sainsaulieu (*L'Identité au Travail*) que João Ferreira de Almeida apresenta no texto de leitura obrigatoria na cadeira sobre a questão do trabalho.

²⁸ Geert Hofstede, *Culture's Consequences: International Differences in Work-Related Values*, London, Sage, 1984.

²⁹ Refiro-me a José Madureira Pinto, "Escarização, Relação com o Trabalho e Práticas Sociais", in Stephen R. Stoer (org.), *Educação, Ciências Sociais e Realidade Portuguesa: Uma abordagem portuguesa*, Porto, Afrontamento, 1981, pp. 15-32. Neste texto, o autor assinala a descoincidência entre as expectativas sociais criadas no sistema de aprendizagem escolar e o desvirtuamento a que estão sujeitas por parte dos regimes técnico-organizativos e disciplinares do trabalho. Torna-se, assim, legítimo pensar que os jovens portugueses venham a manifestar forte inadaptação às situações de trabalho, o que é uma explicação que supera a *espontaneidade* sociológica presente na avaliação de Hofstede. Entre os fenómenos mais

3.1.4.2. A Industrialização

De acordo com José Mattoso, num texto de grande alcance histórico e evidente inspiração sociológica, a integração do espaço nacional resulta do efeito cruzado de quatro elementos fundamentais: o desenvolvimento económico-tecnológico, a constituição de uma classe dominante, as migrações e a acção do Estado³⁰. Estes mesmos processos serão analisados neste ponto, excepção feita à acção estatal que será deixada para um tratamento autónomo. Assim, vejamos em primeiro lugar a questão do desenvolvimento económico e tecnológico, aqui restringida à questão da industrialização.

A questão da industrialização portuguesa é apresentada tendo em atenção o plano de estudos da cadeira de Problemas da Economia Portuguesa Contemporânea, do 2º ano de Sociologia. Aqui são abordados, entre outros, os aspectos caracterizadores da desenvolvimento industrial, como traduzido nos diferentes Planos de Fomento, as articulações sectoriais e espaciais do sector industrial, o papel do Estado e outros agentes sociais, bem como a integração da economia nacional no contexto transnacional.

Em *PSPC* pode, assim, privilegiar-se o estudo da industrialização portuguesa a partir de um estudo de caso, apresentado na observância dos pressupostos teóricos desenvolvidos nos dois pontos anteriores do programa. Este estudo de caso pode enunciar-se na interrogação sobre as origens da nossa actual *crise dos têxteis*³¹.

Depois de procurar caracterizar, através de diversas peças jornalísticas, os principais sintomas da *crise dos têxteis*, remonta-se às origens da indústria têxtil nacional, nomeadamente ao surto industrializante do último quartel do século XIX. Procura-se mostrar quais foram os benefícios que o principal sector industrial nacional (a indústria têxtil) e o seu principal ramo de actividade (a têxtil de algodão) retiraram do vínculo colonial, assinalando o modo como actuou o proteccionismo autárquico salazarista à indústria e o efeito de imobilismo sobre a fracção empresarial têxtil portuguesa. Esta acomodação contribuiu para a gradual marginalização da nossa indústria no panorama europeu e mundial. No pós-guerra, quando se deu a imparável

marcantes daquela inadaptação, Madureira Pinto antevê: "desencanto e retracção perante processos de produção, modelos de sociabilidade e outras práticas culturais próprias dos locais de trabalho; reacções não inteiramente consciencializadas de contestação e subversão das hierarquias,... altos índices de rotação efectiva ou desejada; denegação, por vezes vergonha cultural, da componente profissional das identidades sociais; procura inconformada de alternativas prestigiadas de formação; pequenas confrontações com os trabalhadores mais sintonizados com as exigências técnicas e éticas dos postos de trabalho" (*op. cit.*, p. 27).

³⁰ José Mattoso, *A Identificação de um País: Ensaio sobre as origens de Portugal, 1096-1325*, (2 vols.), Lisboa, Estampa, 1985, I, pp. 49-61.

³¹ Os três parágrafos seguintes sintetizam a sequência da exposição e resumem muito condensadamente parte do argumento desenvolvido em Carlos Fortuna, *O Fio da Meada: O Algodão de Moçambique, Portugal e a Economia-Mundo (1860-1960)*, Porto, Afrontamento, 1993.

suplantação do algodão pelas fibras artificiais e sintéticas, a indústria portuguesa não se renovou, tendo antes reforçado a sua velha especialização nesta actividade para a qual continuava a ser determinante o abastecimento de matéria-prima colonial e mercado interno protegido. Era ilusório o florescimento desta indústria no pós-guerra, na medida em que se insistia numa actividade produtiva já tornada periférica. Do ponto de vista da economia-mundo, ela não era, portanto, nem suficientemente remuneradora nem competitiva para assegurar um desenvolvimento historicamente dinâmico da economia portuguesa.

O mesmo se diga da especialização com que Portugal logrou captar franjas crescentes do mercado internacional durante a década de 1960. A exportação têxtil foi principalmente obra da *performance* internacional não dos tecidos, mas do fio de algodão, um produto semi-acabado e de consumo intermédio, portanto, economicamente menos habilitado à geração de nexos promocionais e de capacidades remunerativas crescentes. A "conquista" do mercado europeu resultou, com efeito, antes do vazio deliberadamente provocado pelos agora países importadores que, a devido tempo, não só tinham abdicado do algodão em favor das fibras artificiais e sintéticas, como tinham também procedido à desindustrialização das suas fiações algodoeiras.

Chegamos aos anos 1970 numa situação em que a condição semiperiférica de Portugal, nomeadamente a sua condição industrial, continua a denotar sintomas de precariedade semelhantes aos que o país ostentava nos finais do século passado. Então, como agora, a palavra de ordem era "pôr o país à frente de si mesmo", fazer um esforço de renovação, de modernização e de desenvolvimento. Um esforço que, como sabemos, foi tímido na "Primavera marcelista", mas que deve ser hoje, em democracia, mais arrojado mas também mais consciente dos seus limites e condicionantes. Muitas serão condicionantes históricas que não podem perder-se de vista para uma correcta avaliação das reais dimensões da nossa, já muito longa, *crise dos têxteis*.

3.1.4.3. As Classes Sociais

As transformações das condições de desenvolvimento económico têm implicações sociais na estrutura social das sociedades. As classes sociais surgem como um tema a ser tratado na sequência da industrialização sem que por isso se traduza necessariamente qualquer intenção de as sujeitar a uma determinação directa da evolução económica.

Consideram-se principalmente dois estudos globais sobre as classes sociais em Portugal, sem deixar de referir outros ensaios mais circunstanciados ou parcelares³². Trata-se dos textos

³² Entre as referências possíveis a estudos sobre a estrutura de classe da população portuguesa, pode merecer um destaque particular o ensaio de Jorge Gaspar, *Ocupação e Organização do Espaço: Retrospectiva e Tendências*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Col. *Portugal: Os Próximos 20 Anos* (vol. 1), 1986. O facto de este ser um texto de leitura obrigatória no 1º ano, aconselha aqui, tão-sómente, a sua re-leitura.

de A. Sedas Nunes e David Miranda e de João Ferrão³³. São dois textos com quadros teóricos de partida diferentes: o de Sedas Nunes e David Miranda é hoje um clássico marcado pela teoria da estratificação, enquanto que o de João Ferrão é um ensaio de inspiração poulantziana. Estas circunstâncias impõem algumas cautelas na forma de os tratar, parecendo aconselhável que se apresente o primeiro destes textos como informação geral do estado da composição social da população portuguesa na década de 1960, utilizando-se o segundo texto como referência mais actualizada que permite uma leitura diacrónica da evolução daquela mesma composição social.

Como se sabe, o estudo de João Ferrão, bem documentado empiricamente, procede a uma análise sequencial das classes e fracções relacionadas com a agricultura, a indústria e o terciário entre 1960 e 1980.

Na agricultura, dado o recuo da componente mercantii, assiste-se a um declínio acentuado tanto da burguesia como do proletariado agrícola, acompanhado pelo aumento da importância do campesinato (tradicional e moderno).

No sector industrial, no decurso da década de 1970, assiste-se ao desmantelamento dos grandes grupos económicos, acentuam-se os efeitos do choque petrolífero e melhoram os níveis salariais e as regalias sociais. A desconcentração e fragmentação pós-fordista da produção traduz-se num surto de iniciativas empresariais de pequena e média dimensão que assinala uma recomposição do pequeno e médio patronato e a retoma da importância relativa da burguesia industrial. O operariado em geral parece estabilizar. No entanto, tornam-se mais claras as diferenças entre um operariado "flexível" (ligado ao meio rural, pluriactivo e de pluri-rendimento) e um operariado mais "rígido", tipicamente industrial e urbano. O declínio dos sectores produtivos tradicionais (alfaites, costureiras, sapateiros, joalheiros, etc.) e a expansão dos modernos (construção civil, condução de veículos, reparação de bens de consumo durável) provoca o incremento da pequena burguesia tradicional.

Por fim, no sector terciário, o traço mais característico da evolução entre 1960 e 1980 é o crescimento da nova pequena burguesia (masculina nos anos 60-70 e feminina nos anos 70-80), em resultado do efeito combinado da industrialização e urbanização crescentes desde finais da década de 1950 sobre a expansão terciária.

Uma atenção particular deve ser dada de seguida à dimensão regional desta recomposição social, para o que é precisa uma selecção criteriosa da informação gráfica oferecida pelo autor, cuja extensão não contribui para uma clarificação da matéria, tornando-a até, por vezes, exageradamente complexa.

³³ A. Sedas Nunes e David Miranda, "A composição social da população portuguesa: alguns aspectos e implicações", *Análise Social*, VII, (27-28), 1969, pp. 333-381; João Ferrão, "Recomposição social e estruturas regionais de classes: 1970-81", *Análise Social*, XXI, (87-88-89), 1985, pp. 565-604.

Não posso deixar de assinalar que o tratamento conceptual com que é apresentada esta questão no texto de João Ferrão é subsidiário do quadro analítico poulantziano e demasiado carregado de valores, chamemos-lhe modernos, para não deixar de levantar alguma insatisfação. Este problema, no entanto, e no âmbito de *PSPC*, deve ser suplantado por uma atitude mais positiva perante a natureza dos dados empíricos na convicção de que, não sendo esta cadeira o lugar indicado para proceder ao escrutínio teórico-epistemológico dos conceitos utilizados, os estudantes possam, no seu 3º ano, proceder à sua efectiva avaliação.

3.1.4.4. Os Movimentos Migratórios

A década de sessenta, que permitiu iniciar a análise de (re)composição social da estrutura de classe, alberga também com uma intensidade particular o fenómeno da emigração portuguesa. Os estudantes conhecem, a partir da cadeira História Económica e Social Portuguesa, o carácter estrutural e a longa persistência das migrações na sociedade portuguesa. Aqui os principais vectores da sua interpretação são apresentados de modo breve e cingem-se à geografia dos destinos, aos quantitativos numéricos e à composição social do contingente migratório. Devem também ser estudadas as repercussões na sociedade portuguesa, nomeadamente as demográficas, económico-financeiras e sócio-culturais³⁴.

A sangria populacional ocorrida em plena época de relançamento industrial indicia profundas debilidades e carências na sociedade portuguesa, nomeadamente as deficientes condições económicas, instabilidade no sistema de trabalho/emprego e mobilidade social restrita.

Estas tendências parecem estar na base quer do fluxo de saídas de finais do século passado, dirigido ao Brasil, quer no fluxo europeu mais vincado no período de reconstrução do período pós-guerra. Desenvolve-se aqui uma tendência que deve ser problematizada: a de que os países semiperiféricos não são capazes, mesmo se as condições gerais se mostram relativamente favoráveis, de evitar a saída de mão-de-obra nos períodos de expansão económica (fases A dos ciclos Kondratieff). Como mero proiongamento desta hipótese, podem os estudantes ser chamados a reflectir sobre se, e de que modo, pode a descoincidência entre produção e reprodução, anteriormente assinalada, alimentar-se destes fluxos migratórios. A ser assim, estaríamos perante uma situação em que a descoincidência se ampliaria sobretudo nos períodos de retracção económica (fases B dos ciclos Kondratieff), quando se teriam já instituído as

³⁴ Para uma breve resenha deste capítulo da emigração portuguesa, indica-se como leitura complementar um excerto retirado de Maria do Céu Esteves (org.), *Portugal, País de Imigração*, Lisboa, IED, 1991 (caps. 1 e 3). O texto apresenta uma breve descrição quantitativa da emigração portuguesa e do início do retorno dos emigrantes, ao mesmo tempo que ensaia uma leitura do processo de imigração de estrangeiros e das suas condições de vida (alojamento/residência, profissão e nível escolar).

condições de fixação no estrangeiro que permitem o aumento de remessas financeiras e, assim, a sustentação de níveis de consumo interno relativamente elevados.

Não pode deixar de se fazer referência à transformação cultural que o fenómeno da emigração pode provocar. Os aspectos linguísticos são apenas um exemplo da tendência para a adopção de novas escalas e símbolos de prestígio social (auto-estima), a que corresponde uma tendência crescente para uma maior valorização social do emigrante ("embaixador cultural" e "lutador aventureiro"), particularmente no momento em que o estatuto de cidadão nacional se vai confundindo, ao menos no domínio discursivo, com o de cidadão europeu. É, na verdade, sobre a relação do trabalhador emigrante com a terra de origem e as manifestações de crise ou sobreposição de identidades culturais que incide a tónica interpretativa do fenómeno. Assim sendo, a leitura obrigatória fornecida resume-se ao texto de M. L. Marinho Antunes "Migrações, Mobilidade Social..."³⁵, onde é debatida uma série de interessantes hipóteses de trabalho.

A questão do retorno, e em particular quanto à sua expressão quantitativa, combinada com a imigração de estrangeiros, é uma dimensão nova do fenómeno migratório em Portugal. Esta última, na medida em que é sobretudo composta por imigrantes oriundos dos países africanos de língua portuguesa, sustenta a hipótese da condição semiperiférica portuguesa, na medida em que inverte a tendência repulsiva que sempre caracterizou as migrações entre nós, combinando-se com ela³⁶. Quanto ao retorno de emigrantes, a relativa ausência de estudos sobre o seu impacto, derivada do facto de se tratar de um fenómeno a cuja ocorrência estamos ainda a assistir nos nossos dias, não permite mais do que assinalar algumas das suas tendências e repercussões gerais. Entre estas sublinham-se o facto de o retorno ser de *isolados* e não de famílias; serem sobretudo os emigrantes que tinham saído para a Europa (excluindo o período de intenso retorno de África, nos anos 1975-76); encontrarem-se os emigrantes regressados maioritariamente em idade activa; regressarem com as qualificações escolares formais e profissionais de partida; re-inserirem-se sobretudo na agricultura (38%), em condição de (patrões) isolados, deixando antever alguma mobilidade social ascendente pós-regresso³⁷.

³⁵ M. L. Marinho Antunes, "Migrações, Mobilidade Social e Identidade Cultural: factos e hipóteses sobre o caso português", *Análise Social*, XVII (65), 1981, pp. 17-27.

³⁶ Para uma interpretação do caso particular da imigração cabo-verdiana em Portugal pode consultar-se o texto que acaba de ser dado à estampa da autoria de Luis de França, *A Comunidade Cabo-Verdiana em Portugal*, Lisboa, IED, 1992.

³⁷ Para uma interpretação do retorno, recomenda-se a leitura de Manuela Silva *et al.*, *Retorno, Emigração e Desenvolvimento Regional em Portugal*, Lisboa, IED, 1984 (cap. 3).

3.1.5. ESTADO E SOCIEDADE: DO ESTADO NOVO AO ESTADO DEMOCRÁTICO

A introdução de um ponto específico do programa sobre a questão do Estado em Portugal - o quarto elemento constitutivo da integração do espaço nacional, como indica José Mattoso - deve ser entendida num sentido duplo. Por um lado, é uma matéria essencial da natureza da sociedade portuguesa contemporânea, cuja ausência de uma interpretação sociológica seria uma lacuna a todos os títulos injustificável. Por outro lado, trata-se de um objecto, nomeadamente o Estado Novo, em relação ao qual os estudantes se mostram, em regra, completamente alheios e desconhecedores dos seus traços essenciais, pelo que a inclusão do tema tem em vista também reforçar o nível da sua informação e cultura políticas.

Creio que a abordagem do tema pode ser feita precisamente através da análise da transição do Estado Novo para o Estado Democrático. Esta *démarche* aconselha a que se trate o Estado Novo de uma forma mais descritiva, procurando eliminar toda a carga ideológica com que este período da vida política nacional é correntemente tratado.

Numa cadeira que se preocupa com a componente internacional e procura aferir por ela os particularismos nacionais, quando os haja, o Estado Novo em Portugal deve ser apresentado como uma fórmula política particular por que passou a generalidade dos países semiperiféricos europeus. Sem me deter numa justificação exaustiva deste argumento, desejo apenas esclarecer que, numa primeira fase, o Estado Novo em Portugal é visto em paralelo a outros regimes autoritários e neo-mercantilistas da Europa.

Se sujeitarmos, sem dramatismos, o regime salazarista a um quadro escrutinador amplo, damos-nos conta de que a sua acção é largamente subsidiária da contingência histórica da sua concretização. A acção do regime resulta, em grande medida, do impacte da recessão económica (fase B do 3º ciclo Kondratieff: 1914-20/1945-48) que fez progredir a "onda" política autoritária na generalidade dos países semiperiféricos da Europa. Assim, a Salazar em Portugal, correspondem Primo de Rivera e, depois, Franco em Espanha, Mussolini na Itália, Metaxas na Grécia, Dollfuss na Áustria e Kemal Atatürk na Turquia, os quais vão configurando um modelo de autoritarismo político e de autarcia económica perseguido pela semiperiferia de entre-guerras. Neste particular, a especificidade de Portugal encontra-se sobretudo na sua posição geo-estratégica de poder colonial, o que lhe terá valido um "trunfo" com que outros estados em condição semelhante não puderam contar, ou não conseguiram utilizar tão eficazmente. Esta dimensão colonial permitiu ao Estado Novo encerrar-se nos limites estreitos da Nação e do Império, para daí tirar proveitos. O "factor colonial" reforçou a autarcia salazarista, através da qual Portugal assumiu um relativo e controlado distanciamento face à economia-mundo capitalista, sob o impulso da desordem económica internacional de 1929-32. Numa linguagem figurada, pode dizer-se que Portugal

transferiu para "baixo" (para a sua periferia colonial) as pressões, sobretudo económicas, vindas "do lado" (de outros países semiperiféricos) ou "de cima" (dos próprios países centrais).

Os limites desta solução cedo se tornaram claros. Com a acalmia do pós-guerra, o carácter contraditório do Estado português agudizar-se-ia, obrigando a "ajustamentos" tímidos e superficiais, sem soluções visíveis para as questões de fundo. Estas, para que pudessem ser eficazes, teriam que ter sido compaginadas com o clima político-ideológico que presidia à reconstrução económica da Europa, em vez de se chocarem abertamente com ele. Enquanto que a Europa procurava liberalizar as relações políticas, reactivava e recompunha o espírito de mercado e liberalizava as trocas, o regime político português actuava como se as relações de força fossem ainda as anteriores a 1945. Reprimiu-se internamente qualquer oposição, evitou-se a todo o custo a liberalização económica, desconfiou-se dos princípios "democráticos" da NATO, à qual, porém, não pudera deixar de se aliar, assumiu-se um discurso anti-comunista pioneiro, ainda de fraca audiência internacional, fez-se escasso uso das relações comerciais com a OCDE e reforçaram-se os métodos de exploração e repressão coloniais. Enfim, Portugal chegou a 1960 e 1970 só, supostamente orgulhoso e, decididamente, fora do tempo. Este descompasso temporal com que o regime autoritário se mantém é sem dúvida um segundo elemento de especificidade.

Feita esta breve resenha de enquadramento do caso português no contexto político internacional, recomendo a leitura (não obrigatória) de uma parte do texto de Manuel Braga da Cruz, para que os estudantes possam confrontar-se com uma periodização da evolução política e uma descrição da acção institucional do regime³⁸. Só então se deve proceder a uma análise interpretativa da natureza do próprio Estado Novo e da sua democratização iniciada em 1974. Para esta análise, é obrigatória a leitura dos dois textos seguintes: Boaventura de Sousa Santos, "A crise e a reconstituição do Estado em Portugal (1974-1984)" e Manuel Villaverde Cabral, "A «Segunda República» portuguesa numa perspectiva histórica"³⁹.

O primeiro texto interpreta a crise do Estado Novo como uma resultante de vários factores: a guerra colonial e os seus encargos, a indispensável, mas controlada, abertura económica ao exterior, a expansão da economia capitalista e a crescente industrialização. No seu conjunto, estes factores destituíram o sector agrário da burguesia da hegemonia que o caracterizaram até aos princípios da década de 1960, favorecendo a ascensão dos sectores industrial e financeiro. A par desta *crise de hegemonia*, o Estado ressentiu-se também de uma *crise ideológica*, dada a natureza da sua matriz organizativa, tanto mais acentuada quanto mais inevitável se tornava a abertura europeia. Por fim, uma *crise de legitimação*, traduzida na incapacidade do Estado para

³⁸ Manuel Braga da Cruz, *O Partido e o Estado no Salazarismo*, Lisboa, Presença, 1988, onde o autor apresenta as seguintes cinco fases de evolução política: a) Ditadura Militar (1926-33); b) Construção do Estado Novo (1933-45); c) Diversificação do Regime (1945-61); d) Endurecimento (1961-68); e) Liberalização Bloqueada (1968-74).

³⁹ Estes textos foram editados, originalmente, respectivamente, em *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 14, 1984, pp. 7-29 e *Análise Social*, XIX (75), 1983, pp. 127-142.

harmonizar interesses políticos divergentes e para incorporar uma crescente, mais instruída e politizada classe média urbana.

A ruptura com este estado de coisas ter-se-á manifestado mais ao nível do regime político do que do próprio Estado. Com efeito, após o 25 de Abril, o regime administrativo permaneceu praticamente intacto, apesar dos saneamentos produzidos no aparelho estatal, foi limitada a re-legitimação das forças policiais e militarizadas, o sistema de segurança poucas alterações sofreu e, por fim, a contestação social deixou intactas algumas instituições marcantes no cenário político-ideológico nacional, como a Igreja Católica. O processo revolucionário de 1975 (de Março a Novembro) foi uma tentativa, a partir de baixo, de inflectir o rumo político do novo regime. Ao lado de novos espaços de sociabilidade e de uma criatividade social inusitada, procedeu-se às nacionalizações dos sectores-chave da economia. Recrudesceram os movimentos sociais, identificaram-se carências e procurou-se alterar tanto as condições de produção como de reprodução social.

No confronto entre uma legalidade democrática e uma outra revolucionária, estabeleceu-se uma "dualidade de impotências", a partir da qual se reconstituiu um bloco social de gestão política que amorteceu e disciplinou a acção dos movimentos sociais, pondo termo ao período de mais intensa contestação social⁴⁰.

Quanto ao segundo texto de leitura obrigatória, este coloca-se numa perspectiva histórica e considera a ruptura política operada com o 25 de Abril um ponto de intersecção da tradição liberal, típica das classes médias tradicionais, e das aspirações ascendentes dos novos sectores destas mesmas classes médias. Quanto ao primeiro destes aspectos, o texto discorre sobre as raízes liberais dos portugueses, remontando, para isso, ao século passado onde situa os inícios de uma onda liberal só terminada com a ditadura de João Franco (1907). O Sidonismo (1917-18) prolongou, à sua maneira, o isolamento da classe política liberal. Depois, no Salazarismo, com o afastamento da ala militar republicana, o silenciar da influência política de sectores da classe média tradicional e o esmagamento da acção política e sindical, marginalizou-se duradouramente da cena política a raiz liberal daqueles sectores sociais. Estes encontrariam na campanha eleitoral de Humberto Delgado (1958) um momento único de expressão, embora limitado, para evidenciarem a sua resistência ao autoritarismo.

A curto prazo, o autor encontra na democratização das origens sociais das jovens chefias militares, de importantes sectores empresariais e da própria classe operária a criação de condições para a reemergência da natureza política liberal dos portugueses. A democratização destes sectores sociais tornava claros os limites da guerra colonial, da política económica

⁴⁰ Esta parte da discussão é acompanhada do visionamento de um vídeo, montado, a partir de excertos televisivos, pelos serviços técnicos do *Centro de Documentação 25 de Abril*, da Reitoria da Universidade de Coimbra.

autárquica e da restrição das regras de funcionamento do mercado. Num contexto económico e político adverso e pouco favorável quer à contenção das regras do mercado e, principalmente, pouco aberto à ideia imperial-colonial, o regime não podia resistir e acabou por sucumbir às mãos de uma convicção liberal, histórica e profundamente enraizada na atitude política dos portugueses.

3.1.6. ESTADO E SOCIEDADE: O ESTADO-PROVIDÊNCIA EM PORTUGAL

A introdução ao estudo do Estado-Providência em Portugal, tal como é feita nesta cadeira, deve estar particularmente atenta não só aos limites da formação teórica dos estudantes, mas sobretudo ao facto de que este é um tema que será abordado noutras cadeiras do plano curricular⁴¹, com níveis mais complexos de análise. Assim, deve apresentar-se aqui uma breve resenha dos fundamentos sociais, políticos e económicos que justificam historicamente o surgimento desta fórmula política que é o Estado-Providência, passar rapidamente em revista os seus principais mecanismos de actuação, problematizar o nível de desenvolvimento, crise e reformulação do Estado-Providência em Portugal e ilustrar o seu desenvolvimento com recurso a um caso prático, no presente contexto, o caso da Segurança Social.

Entre 1880 e 1945 foi-se constituindo na Europa uma concepção totalmente nova do Estado e das suas funções. Do Estado árbitro, regulador à distância da economia liberal, passou-se gradualmente a uma concepção nova de Estado interventor, com funções de regulação directa dos desmandos e ineficiências sociais da economia de mercado. A nova feição redistributiva do Estado representa uma transformação radical da sua natureza política, cuja legitimação assenta numa nova definição de interesse público, subjacente à necessidade crescente de participação democrática dos cidadãos, grupos e instituições.

Na base da constituição do Estado-Providência do pós-guerra encontram-se os seguintes factores: a) uma generalizada expectativa de melhoria das condições sociais de vida das populações, gerada durante a Guerra, e principalmente no período de reconstrução europeia; b) o reconhecimento dos limites sociais da economia liberal de mercado e a correspondente aceitação (não indisputada) da necessidade de maior intervenção reguladora do Estado; c) a busca e o reforço de um modelo político que salvaguardasse o alastramento dos modelos económicos e políticos centralizados do Leste europeu; d) o êxito eleitoral dos partidos com programas políticos de instituição do "emprego total" e de alargamento da segurança social.

⁴¹ Estou a pensar nas cadeiras seguintes: Teorias Sociológicas II, Sociologia Económica (do 3º ano) e Sociologia do Estado, do Direito e da Administração Central, Regional e Local (do 4º ano).

Teorizado e sustentado, no plano económico, por J. M. Keynes e, no plano social-assistencial, por W. Beveridge, o Estado-Providência traduz-se na constituição de um pacto social tripartido em que intervêm directamente o Capital, o Trabalho e o Estado⁴². Tal pacto implica, no plano político, a abdicação por parte do Capital de parte da sua autonomia e margem de lucro e, por parte do Trabalho, de uma parte das suas reivindicações. Como forma de assegurar a manutenção desta renúncia dupla, deve o Estado ser investido com capacidades de gestão técnico-política do pacto, através, nomeadamente, da tributação fiscal e da redistribuição de rendimentos, gerando e gerindo o capital social (investimento e consumo sociais).

É tripla a forma como se expande a acção estatal decorrente daqui: ao Estado cabe a rentabilização do investimento, a promoção do aumento da procura interna de bens e serviços e a harmonização dos interesses sociais pelo recurso às políticas sociais de redistribuição. Por outras palavras, e utilizando a síntese de Boaventura de Sousa Santos, o Estado-Providência implica o crescimento económico e a sua compatibilização com a natureza e extensão das políticas sociais, o reforço da sua legitimidade política e de governabilidade, donde resulta uma opção permanente entre capitalismo ou democracia⁴³.

É pela leitura deste texto de Boaventura de Sousa Santos que os estudantes abordam a questão do Estado-Providência em Portugal e das suas fases de constituição, da crise financeira e dos limites sócio-políticos que o caracterizam. Nos parágrafos seguintes sigo de perto os argumentos deste texto.

O Estado-Providência em Portugal não se compagina por inteiro, nem com as temporalidades dos seus congéneres europeus, nem com a sua capacidade técnico-financeira, dada a natureza semiperiférica do nosso desenvolvimento económico. De igual modo, o figurino político interno do país introduz discrepâncias de relevo quer quanto à sua abrangência social, quer quanto ao significado político das políticas sociais, quer ainda quanto ao volume dos seus quantitativos.

Na fase terminal do regime autoritário, o "Estado Social" marcelista, ao excluir os trabalhadores do quadro de negociação política, inviabiliza o pacto tripartido característico do Estado-Providência. A opção é clara no sentido do reforço da acumulação capitalista feita à custa da democracia política. O Estado-Providência em Portugal é, então, técnica e politicamente um *travesti* dos seus congéneres europeus. A inversão abrupta deste estado de coisas originou que, entre 1974 e 1976, fosse o capitalismo a sucumbir perante o avanço da democracia. O aumento,

⁴² A ilustração empírica desta transição da natureza do Estado nos países do centrais da Europa pode fazer-se através da leitura das 12 fichas históricas anexas ao trabalho de Pierre Rosanvallon, *La Crise de l'Etat Providence*, (Paris, Seuil, 1981), disponível em Português na Editorial Inquérito (1984).

⁴³ Boaventura de Sousa Santos, "O Estado, a Sociedade e as Políticas Sociais: O caso das políticas de Saúde", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 23, 1987, pp. 13-74.

quer intensivo quer extensivo, das políticas distributivas e das despesas sociais, no entanto, desvirtuou o sentido providencial do Estado português, porquanto aquelas surgiam desvinculadas das exigências de crescimento económico e acumulação. Este segundo período de instauração do Estado-Providência via acentuarem-se sintomas de crise financeira do Estado, caracterizada pelo aumento das despesas sociais, sem correspondente aumento das receitas fiscais. Pode identificar-se uma terceira fase de constituição do Estado-Providência em Portugal, correspondente aos anos 1976 e 1977, em que o elemento mais preponderante terá sido a crescente centralidade do Estado, alimentada na quase plena autonomia da sua acção de regulação. A contenção da capacidade reivindicativa dos grupos operários e populares, conseguida através da imposição de esquemas diversos de desvalorização da força de trabalho, assinala um Estado vinculado às exigências de acumulação, que, por seu turno, contribuía decisivamente para a reposição das condições de rentabilização do investimento em benefício do capital. É só, portanto, na sequência destes re-arranjos que começa a poder falar-se de um Estado-Providência em Portugal, tanto no sentido técnico como no sentido político de ser alicerçado num pacto tripartido de consertação de interesses.

Ao lado da informação empírica fornecida pelo texto que segui de perto nos parágrafos precedentes, os estudantes têm também que trabalhar a informação quantitativa contida num outro texto⁴⁴. Esta outra informação, sem distorcer as tendências da primeira é, contudo, mais geral, pois refere-se à evolução geral da despesa social pública portuguesa (incluindo, portanto, também a referente aos gastos com serviços de saúde), nos anos 1960-84. Além das taxas anuais de crescimento da despesa social pública e do peso desta no PIB, os dados incluem também uma avaliação da despesa desagregada por rubricas, o que esclarece o sentido da evolução das despesas sociais para o período referido: perda da situação relativamente favorável da educação em favor das despesas com a saúde e, principalmente, com as pensões e reformas.

Esta "factura da terceira idade"⁴⁵ requer uma abordagem da questão particular das despesas com a Segurança Social. Portugal, como a generalidade dos países da OCDE sofreu um acentuado envelhecimento das suas estruturas demográficas⁴⁶, o que acarreta inegáveis consequências não apenas para o financiamento das despesas sociais públicas, mas igualmente para a sua redistribuição. Esta questão, que envolve um sentido prospectivo da evolução do Estado-Providência em Portugal, é uma das formas de introduzir o tema dos seus limites e ambiguidades.

⁴⁴ Alfredo Bruto da Costa, "Despesa Social Pública" excerto de *idem*, "A Despesa Social Pública em Portugal, 1960-1983", *Planeamento*, vol. 8, 1986, 1/2/3, pp. 1-226 (pp. 37-67).

⁴⁵ É assim que se intitulam os dois pequenos textos de F. Ribeiro Mendes, incluídos entre as leituras obrigatórias e publicados na *Euroexpansão*, nºs. 45 e 46, de Junho e Outubro de 1988 respectivamente.

⁴⁶ A taxa de natalidade baixou de 1970 (21‰) para 1986 (12‰), ao mesmo tempo que a taxa de mortalidade baixou de 10,9 para 9,5‰ em igual período. A descendência média por mulher em idade fértil caiu dos 4,4 filhos, em 1970, para os 2,1 filhos (*mínimo de substituição das gerações*) dez anos depois, enquanto que a esperança de vida à nascença aumentou de 67,7 para 72,8 anos.

De acordo com o texto já citado de Boaventura de Sousa Santos, o carácter complexo da fórmula política que é o Estado-Providência em nada enuncia, por si, a existência de qualquer tipo de crise. Esta surge apenas nas condições em que não se produzam as correspondências entre os imperativos do Estado-Providência, nomeadamente entre o crescimento económico e a equidade social. Daqui resulta o primeiro sintoma da crise do Estado-Providência, não apenas em Portugal, mas na generalidade das situações afectadas pelo agravamento das dificuldades fiscais e outras directamente ligadas à geração de rendimentos e a pressão social, tanto da parte dos sectores do capital, como do trabalho e outros sectores sociais (como reformados e idosos) para que seja ampliado o nível de cobertura e se melhorem os índices de compensação das políticas sociais. A esta dimensão fiscal da crise, sobrepõe-se uma outra, geral e cíclica, resultante da dificuldade e enfraquecimento da capacidade estatal para superar as crises da própria economia capitalista, sempre que os níveis de produtividade, de investimento e emprego tendem a baixar e se agrava a inflação.

Um outro sinal da crise do Estado-Providência é político e sociológico e diz respeito à própria natureza e formas de actuação do Estado, nomeadamente em Portugal. Devem recuperar-se aqui os argumentos expostos anteriormente, sobre o carácter dual e as formas de actuação (omissão e recuo estratégico) do Estado português, de modo a fazer sobressair o que Boaventura de Sousa Santos considera ser o processo de recriação da sociedade civil, com a qual aquele conserva uma íntima relação política⁴⁷. Este reforço da sociedade civil conduzido pelo próprio Estado pode equivar-se à criação de um espaço ampliado de manobra para os grupos sociais mais "competentes", como pode também equiparar-se à manutenção deliberada de práticas de solidariedade informal, antigas ou renovadas, típicas de uma sociedade semiperiférica como a portuguesa, que tendem a superar as deficiências e os limites estruturais da acção do Estado-Providência. A minimização dos conflitos que daqui pode resultar, mas também as formas de apoio inter-individual, grupal ou institucional, desenvolvidas ao lado e para além das políticas sociais estatais, libertam o Estado-Providência de encargos não desprezíveis. Para o cidadão-contribuinte, em geral, e os grupos socialmente mais fragilizados, em particular, o maior risco político que aqui está envolvido é que esta seja uma linha estratégica de actuação do Estado que, assim, se liberta dos compromissos contidos no pacto tripartido que representa, antes favorecendo a sua própria autonomia, ou beneficiando as condições de actuação do capital. A vitalidade daquelas formas de solidariedade permite ao autor concluir que, em Portugal, esta é uma das principais linhas de compreensão da dimensão sociológica da crise do Estado-Providência. Entre nós, do ponto de vista sociológico, a ausência de graves conflitos sociais resultantes das deficiências técnico-financeiras e das incapacidades e vontades políticas do

⁴⁷ Estou-me a referir ao texto de Boaventura de Sousa Santos, "Estado e sociedade na semiperiferia do sistema mundial: o caso português", objecto de leitura obrigatória no ponto 2 do programa.

Estado-Providência são apenas entendíveis se vistas à luz da especificidade e do dinamismo da sociedade civil, ela própria profundamente solidarista e providencial.

3.1.7. ESTADO E SOCIEDADE: A SOCIEDADE-PROVIDÊNCIA EM PORTUGAL

A introdução ao estudo da Sociedade-Providência em Portugal pode começar com a discussão sobre a morte fictícia de Lydia Brown⁴⁸. O que está em causa é iniciar uma interrogação sobre o dinamismo dos laços de cooperação, relações de vizinhança, vínculos solidaristas e mecanismos de entre-ajuda familiar em Portugal na continuação do ponto anterior do programa.

Podemos admitir, como hipótese de argumentação, que, retiradas as situações caprichosas que envolvem o acontecimento relatado, entre nós é menor a possibilidade de uma tal ocorrência, pois não se atingiram ainda os graus de desenvolvimento urbano que tendem a gerar a situação de quebra dos laços de cooperação social que sustentam aquele acontecimento. O tratamento sociológico deste *problema* requer uma rápida enunciação das transformações políticas e culturais à medida que a industrialização e a vida urbana se sobrepõem à actividade agrícola e à vida rural.

Existe uma longa tradição do pensamento sociológico sobre estas transformações em que se podem englobar estudiosos como A. de Tocqueville, J. J. Rousseau ou E. Burke⁴⁹. Todos assinalam as novas formas de dominação social e política que despontam com o crescente atomismo individualista e a apatia gerados na vida da cidade, como uma espécie de preço a pagar pela libertação das obrigações e estruturas autoritárias antigas. A principal questão que estes autores se põem é a da relação do indivíduo com a comunidade e com o Estado, à medida que se o poder político se centraliza e que constitui uma inegável inspiração para a contextualização teórica do que designamos hoje por Sociedade-Providência. Para Rousseau, o pai do radicalismo moderno, o Estado é uma entidade política em que se dissipam todas as outras formas de comunidade. A relação do indivíduo com o Estado deve ser, portanto, a mais próxima

⁴⁸ *The Death of Lydia Brown* é um pequeníssimo (4 parágrafos) relato fictício da autoria de Janet Finch, ("The Sociology of Welfare", in Robert G. Burgess (ed.), *Exploring Society*, London, Longman, 1986) acerca da morte de uma idosa inglesa de 76 anos, encontrada no seu apartamento apenas 48 horas após o acidente doméstico de que viria a falecer. Na narrativa, circunstâncias caprichosas impediram que Lydia pudesse ter sido socorrida atempadamente: o médico que a visitava diariamente ficou retido na azáfama hospitalar, a filha, com quem vivia, fora de férias, o leiteiro com quem, desde há muito, trocava as primeiras palavras matinais fora substituído no seu turno, acumulando-se, sem suspeita, as garrafas à entrada, facto impossível de notar pelos vizinhos que não passam à porta uns dos outros, dado o arranjo arquitectónico interno do prédio.

⁴⁹ Nesta introdução refiro apenas estes clássicos por serem autores estudados em Teorias Sociológicas I, deixando de lado uma outra corrente de pensamento sobre as relações de comunidade/solidariedade que vai de E. Durkheim a F. Tönnies, ou de R. Sennett a R. Bellah.

possível, devendo eliminar-se, em nome do bem-estar geral, toda e qualquer forma de associação parcial. As interdependências pessoais são a origem das desigualdades. Para Burke, o pai do conservadorismo moderno, as nossas relações afectivas e morais começam no seio da família, alargam-se aos vizinhos e à comunidade local. Na relação entre o indivíduo e o Estado é preciso desenvolver um figurino político que albergue formas intermédias de organização que promova e exija a descentralização e a devolução de poderes a grupos e associações, dando sentido prático ao localismo e regionalismo.

Estas referências parecem suficientes para ajudar a *situar* a problemática central deste ponto do programa e mostrar a sua actualidade, não sem deixar de notar o privilégio que, algo paradoxalmente, tem sido conferido sobretudo à versão de Burke.

Na sequência lógica desta exposição, apresentam-se duas linhas de discussão do problema na sua adaptação ao caso português. A primeira destas linhas decorre da recuperação do argumento segundo o qual em Portugal, dada a natureza e modo de funcionamento do Estado, assistimos a um processo de recriação da sociedade civil. O Estado-Providência *privatiza-se*, ampliando o espaço de manobra do investimento privado e sujeitando, de modo crescente, o fornecimento de bens e serviços de bem-estar às regras do jogo comercial e lucrativo, com prejuízos inegáveis para os sectores sociais económica e financeiramente mais débeis. A segunda linha de raciocínio destaca a *vitalidade* dos vínculos solidaristas e a *persistência* de diferentes formas de associação que, numa sociedade como a portuguesa, e em virtude da forma como o desenvolvimento industrial e a urbanização se têm processado, tem permitido e suportado, sem custos sociais graves, a demora da constituição de um verdadeiro Estado-Providência em Portugal e a ineficácia da sua acção.

Quanto ao primeiro aspecto, o da privatização do fornecimento de bens e serviços, deve assinalar-se que esta pode ocorrer sob diversas formas. Entre estas ganham especial relevo a venda de bens públicos (por exemplo indústrias nacionalizadas, ou terras ou edifícios públicos); a (sub)contratação pelo Estado de empresas comerciais ou organizações para fornecimento total ou parcial de bens e serviços (por exemplo, saúde, educação, reformas); permitir que os receptores destes serviços possam optar, individualmente ou em grupo, por diferentes fornecedores (por exemplo, facultando a prestação de serviços por instituições privadas e públicas simultaneamente, para o que a redução do emprego público pode mostrar-se tão expedita como a exagerada burocratização dos serviços); reduzir ou controlar apertadamente o desenvolvimento dos serviços prestados pelo Estado, de modo a forçar as pessoas a dependerem de outros esquemas providenciais informais (por exemplo, redução de subsídios, baixos níveis salariais).

Resulta daqui que é preciso flexibilizar a ideia de bem-estar e não a circunscrever à exclusiva capacidade estatal de fornecimento de bens e serviços. Nas nossas sociedades o bem-

estar tende a ser de facto pluralista, e o Estado-Providência é apenas uma das suas dimensões. Este pluralismo *providencial*, além da sua dimensão estatal, comporta também um importante sector *comercial* (em regra actuante no mesmo tipo de serviços prestados pelo Estado), um outro assente no *voluntariado* (de tipo fundamentalmente assistencial e organizado em instituições formais) e, ainda, o chamado sector *informal* (onde pontuam as relações de vizinhança e entre-ajuda, nomeadamente no seio familiar).

Na ilustração desta tipologia do bem-estar pode recorrer-se à apresentação do âmbito das funções, grau de autonomia e natureza social das clientelas de uma ou mais instituições portuguesas de assistência (por exemplo, a menores ou idosos). Não obstante, nos diferentes anos de funcionamento da cadeira, tem sido utilizado, como parte prática, o exemplo das funções de assistência informal prestada no seio das famílias em Portugal. Utilizam-se dados relativos às expectativas criadas sobre a capacidade de solução familiar de situações de crise dos seus membros, como o desemprego dos jovens ou busca do 1º emprego. Entre os jovens portugueses de ambos os sexos, a família ocupa o primeiro lugar entre as possíveis instâncias geradoras das ajudas na procura de emprego (58,7%). Vêm depois os amigos e conhecidos (49,3%) e, em terceiro lugar, a procura directa junto de potenciais instituições/empresas empregadoras (28,5%)⁵⁰. Quanto à eficácia da resposta familiar, 29,1% dos jovens dizem ter sido a sua família a encontrar a solução de emprego, enquanto que os amigos e conhecidos apenas solucionaram 22,2% das situações, sendo o emprego directo uma solução de que beneficiaram apenas 11,3% dos jovens inquiridos⁵¹.

Mas a família não é apenas a primeira instância na procura de ajuda para o emprego. Há uma série de outros serviços complementares aos quais se recorre com frequência. São exemplos, as ajudas de protecção e amortecimento de dificuldades e crises várias (empréstimos financeiros, rendas de casa, donativos acidentais, compra de géneros e utensílios, cuidados com os filhos/netos, co-habitação, etc.). Tudo isto demonstra como, no domínio do bem-estar social, as relações de solidariedade informal de tipo familiar ganham hoje, ou conservam ainda, uma inegável pertinência.

Ao partir da ideia do pluralismo do bem-estar como fórmula dominante nas sociedades modernas de hoje, reduz-se parte da crítica à ineficácia das políticas sociais do Estado. Isto não quer dizer que o próprio pluralismo do bem-estar esteja isento de críticas. Com efeito, o recurso à

⁵⁰ Dados retirados de Madalena Andrade, *O Trabalho, o Emprego, a Profissão*, in Instituto da Juventude e ICS, *Juventude Portuguesa: Situações, Problemas, Aspirações*, Lisboa, ICS, s/d (vol. 3, pp. 148-9).

⁵¹ Quando comparados estes dados com a situação verificada num país central, como a França, verifica-se que a condição semiperiférica portuguesa não apresenta especificidades próprias pois que se regista a mesma tendência para recorrer à família em primeiro lugar, (41%), seguida das instituições oficiais de emprego (24%) e só depois dos amigos e conhecidos (6%). Quanto à eficácia da resposta, em França, a família resolve 64% dos pedidos de ajuda, enquanto que os amigos e conhecidos respondem por 49% das soluções encontradas.

família como instituição protectora, feito não apenas pelos indivíduos, mas presente igualmente, e não sem hipocrisia, na definição dos níveis de intervenção estatal, tem por detrás uma equação dupla: a sociedade civil, ou a sociedade-providência, pode ser a família, mas a família é, na quase totalidade dos casos, a mulher. No domínio das prestações familiares, então, a providência conjuga-se no feminino e a Sociedade-Providência parece transfigurar-se na *Mulher-Providência*.

Acresce a este facto a incapacidade crescente que a família vai denotando para responder com eficácia à procura de soluções. Nas nossas sociedades de hoje, e em Portugal certamente, à medida que aumenta o número de dependentes (idosos, desempregados, empregados em situação precária, etc.), diminui a dimensão da família. À medida que aumenta a participação da mulher no mercado de trabalho, baixam as taxas de fecundidade e, a prazo, reduz-se a dimensão dos agregados familiares, o que equivale à lenta deterioração dos seus recursos providenciais. Tudo isto são limites ao sector informal de prestação de bens e serviços que impõem, naturalmente, cautelas na defesa da substituição das políticas estatais de protecção por soluções informais e recomendam mesmo um maior empenhamento democrático na busca de outras soluções, estatais ou não.

Enquanto que nesta parte da discussão da Sociedade-Providência, a referente à privatização das medidas de bem-estar, a exposição é mais directiva, na segunda parte da matéria, onde se abordam a vitalidade e persistência das formas solidaristas de organização social, os estudantes devem assumir uma postura mais interveniente. Esta decorre da leitura e comentário de três textos relativos a outras tantas situações empíricas.

O primeiro destes textos, na sequência directa da parte final do que se disse atrás, chama a atenção para a forma como se estabelecem (e podem ser analisadas) as relações de solidariedade feminina num bairro residencial dos arredores de Lisboa⁵². Longe do ambiente residencial de Lydia Brown, aqui as unidades domésticas abrem-se umas para as outras, permitindo o estabelecimento de uma rede extensa de relações de sociabilidade entre vizinhas. Favores em situação de emergência ou crise, nomeadamente na situação de doença, como de resto uma forte solidariedade perante a velhice e a morte, caracterizam este sentimento de partilha e entre-ajuda. O apoio moral e material estende-se a situações correntes da vida quotidiana (empréstimos financeiros de pequena monta, guarda de filhos, favores culinários, etc.) e chega mesmo a traduzir-se numa situação de aconselhamento sexual, domínio do qual o homem se tem encontrado afastado sem remédio.

Uma variável importante para o estabelecimento deste tipo de relações é o processo migratório em cadeia e de fixação na cidade, muitas vezes estimulado por familiares já residentes.

⁵² Excerto retirado de Ana Nunes de Almeida, *Do Campo à Cidade: O Impacto do Processo de Migração na Organização Interna da Família*, Lisboa, Comissão da Condição Feminina, 1984.

O segundo texto analisado recobre precisamente esta dimensão, a partir do caso do bairro lisboeta de Alfama⁵³. O processo migratório com que se intensificam as relações de proximidade entre os sujeitos é um processo bi-direccional. Por um lado, a integração dos membros vindos das regiões do interior corresponde a uma "chamada" de familiares, amigos ou vizinhos. A integração dos novos residente confere maior espessura às relações de vizinhança e ajuda a reproduzir, no espaço urbano, um espírito colectivo recheado de componentes culturais originados na conterraneidade. Festas e cantares, romarias e fórmulas discursivas, especialidades alimentares regionais e outros particularismos podem ver-se reproduzidos à distância, conduzidos por um sentido próprio de identidade partilhada. Por outro lado, contudo, existe também um fluxo de solidariedade da cidade para o campo. A ajuda ao familiar que ficou na terra, a colaboração na construção ou recuperação da casa deste, o envio da remessa financeira traduzem uma forma particular de conservação de vivas sociabilidades interactivas que, noutras situações de mais acentuada e brusca industrialização/urbanização se enfraqueceram ou perderam irremediavelmente. A tradição cultural, a proximidade familiar, a invocação da amizade, a entre-ajuda rural-camponesa antiga permanecem activas deste modo, modificadas é certo, em ambiente à primeira vista hostil.

É com o objectivo de familiarizar os estudantes com alguns destes traços de entre-ajuda camponesa que se discute o terceiro texto desta selecção⁵⁴. Aqui sublinha-se o carácter comunal das *malhas* (debulha de cereais) nas aldeias de Fragueiro e Fontim. Na organização do trabalho e distribuição das tarefas, o organizador da malha começa por contar com os familiares mais próximos, mesmo os residentes fora da aldeia. Conta depois com o auxílio externo de "cooperantes" que oferecem o seu trabalho não-remunerado. Sem que haja se possa confundir esta prestação de favores, mesmo entre familiares, com o espírito desinteressado da dádiva, é preciso, ao contrário, fazer sobressair o espírito de troca de favores que lhe preside. Esta reciprocidade de dar agora e receber depois, na igual proporção, é mais do que uma mera bolsa económica informal e pode ser entendida como uma forma consciente de os actores realimentarem relações regulares de solidariedade, sobre a quais assenta em larga medida o quotidiano de inúmeras comunidades do interior, desde há décadas em acentuado processo de desertificação e envelhecimento.

Sem que se alimentem conclusões definitivas acerca desta questão, o que se pretende sublinhar é que a Sociedade-Providência não é, por certo, um exclusivo da sociedade portuguesa. Quiçá, ela não será sequer mais intensa que noutras sociedades de nível económico mais avançado. Ela denota isso sim, formas de expressividade particulares às quais devemos estar

⁵³ Excerto retirado de António Firmino da Costa, "Espaços urbanos e espaços rurais: um xadrez em dois tabuleiros", *Análise Social*, XXI (87/88/89), 1985, pp. 735-756.

⁵⁴ Excerto retirado de José Portela, *Trabalho Cooperativo em Duas Aldeias de Trás-os-Montes*, Porto, Afrontamento, 1986.

atentos. Revela, por outro lado, um complexo jogo político em que os indivíduos, as comunidades e o Estado se envolvem a cada passo. Sem vencedores nem vencidos, este não é um jogo de soma zero. A natureza, o fornecimento e a intensidade dos bens e serviços prestados e recebidos só pode ser avaliada, em cada momento, pela natureza da própria cidadania conquistada numa sociedade democrática. Este é obviamente um objecto que ultrapassa o âmbito deste tópico e mesmo o objecto geral de estudo desta cadeira.

3.1.8. ESTUDO DE CASOS: POBREZA E TRABALHO INFANTIL

Este ponto de conclusão da cadeira centra-se em dois *problemas* particulares da sociedade portuguesa - a pobreza e o trabalho infantil. Trata-se de duas questões que ganharam, entre nós, uma enorme visibilidade social nos últimos anos, em função do discurso político e mediático. Esta ampla visibilidade social dos fenómenos provoca, naturalmente, entre os estudantes de Sociologia uma apetência particular para se equiparem com *respostas* "técnicas" adequadas, pelo que se decidiu, desde o primeiro ano de funcionamento da cadeira, introduzir nela *interrogações* sobre estas duas dimensões da vida social em Portugal.

A natureza intrínseca de ambos os fenómenos requer que a sua abordagem seja distinta. Sendo ambas manifestações sociais cercadas por avaliações morais e ideológicas, uma vez que desafiam os ideais modernos de progresso colectivo e sucesso individual e denunciam a existência de anomalias funcionais do sistema, o trabalho infantil, ao contrário da pobreza, apresenta especificidades de análise decorrentes de se desenrolar no domínio do ilícito jurídico e da subterraneidade sócio-económica. Em Portugal, além de esparsas referências jornalísticas, escasseiam as investigações sobre o trabalho infantil, e a abordagem do tema não pode deixar de reflectir esta circunstância. O mesmo não se passa com a pobreza, um tema rico em investigações académicas, objecto da intervenção técnico-assistencial de inúmeros grupos de trabalho e da atenção de outros tantos programas oficiais de intervenção.

A abordagem sociológica da questão da pobreza no âmbito da cadeira procura estar atenta e articular na discussão os dois níveis principais de análise deste fenómeno: a dimensão social do fenómeno e a dimensão individual dos sujeitos pobres. Hoje, a pobreza constitui um problema social tanto mais grave quanto mais as sociedades modernas perseguem uma imagem e se auto-proclamam igualitárias, geradoras de riqueza, sucesso e abundância. Nestas sociedades, onde não se aceitam mais as desigualdades naturais, a pobreza adquire uma conotação social negativa e repugnante por ser a imagem invertida da que as sociedades têm de si próprias. Perante a visibilidade da negação dos seus ideais, esta sociedade refugia-se na assistência social, geralmente individualizada, mas também na estigmatização do pobre. De forma indelével, a etiquetagem social de que este é objecto tem efeitos materiais (dependência da assistência

social) e simbólicos (auto-degradação estaturária) que reforçam a sua precariedade económica e social.

A condição social de pobreza tende, assim, a gerar tipos de organização social, redes de solidariedade e outras estratégias próprias de sobrevivência. Esta sub-cultura da pobreza, soberbamente descrita nas páginas de *Os Filhos de Sanchez*, está carregada tanto de representações sociais negativas (resignação, fatalismo, ausência de propósitos), como de atitudes e comportamentos incorporados a partir da experiência de insucesso e exclusão social. A pobreza contém, assim, estilos de vida próprios que, como noutras situações, são orientados estrategicamente para a gestão do quotidiano e a reprodução, mas também para a auto-defesa e a reacção contra a essa condição social.

No domínio das condições estruturais da pobreza, ganham relevo os mecanismos de exclusão do pobre das condições de integração no mercado de trabalho e das instituições de providência. As situações de desemprego, de emprego precário, de desqualificação profissional, baixos salários ou inflação, comprometem a aquisição de recursos e criam condições de exclusão dos modos de vida dominantes que caracterizam a pobreza.

A pobreza não é, no entanto, apenas privação de recursos materiais. Os pobres são também privados de influência política e detentores de um estilo social inferior. Se pensarmos nos três critérios weberianos de poder (económico, político e social), o pobre ocupa o escalão inferior de todos eles, pelo que a pobreza pode ser vista como uma condição de desqualificação social a vários títulos⁵⁵.

Entre nós o fenómeno da pobreza tem sido tratado em várias investigações com que os estudantes se devem familiarizar. Estão neste caso alguns trabalhos de Alfredo Bruto da Costa e de Manuela Silva e outros. Entre estes trabalhos, "O Conceito de Pobreza"⁵⁶ é um texto de leitura complementar que esclarece o estado actual das diferentes conceptualizações da pobreza (limiares de pobreza, pobreza absoluta e relativa, concepções subjectivas de pobreza, etc.). O trabalho coordenado por Manuela Silva sobre *A Pobreza Urbana em Portuga*⁵⁷ é um ensaio metodologicamente muito rico, ainda que de cariz marcadamente sociográfico. Esta leitura foi seguida de uma discussão na aula com uma das co-autoras do livro, a Dra. Ana Cardoso, sobre as principais temáticas estudadas, os resultados e possíveis linhas de investigação futura sobre a pobreza em Portugal.

⁵⁵ Na confluência destas dimensões têm surgidos recentemente novas formas de interpretação da pobreza, sendo de fazer ressaltar principalmente os estudos sobre a *feminização* da pobreza, da pobreza como *exclusão social* e da *nova pobreza*.

⁵⁶ Alfredo Bruto da Costa, "O Conceito de Pobreza", *Estudos de Economia*, vol. IV, nº 3, 1984, pp. 275-295.

⁵⁷ Manuela Silva, *et al.*, *A Pobreza Urbana em Portugal: Um inquérito a famílias em habitat degradado, nas cidades de Lisboa, Porto e Setúbal*, Lisboa, Centro de Reflexão Cristã e Cáritas Portuguesa, 1989, (caps. II, VI, X, XI e XIII).

No presente ano, insistiu-se, alternativamente na recente publicação da autoria de João Ferreira de Almeida e outros⁵⁸. A leitura de parte deste livro, permite um confronto com um quadro teórico e empírico sobre a pobreza em Portugal, nomeadamente sobre as categorias sociais mais vulneráveis e respectivos modos de vida: idosos pensionistas, agricultores de baixos rendimentos, assalariados de baixo nível salarial, trabalhadores precários e da economia informal, minorias étnicas, desempregados e jovens de baixas qualificações e à procura do 1º emprego. Simultaneamente proporciona uma reflexão sobre a articulação entre a configuração do fenómeno em Portugal e as condições específicas que têm presidido ao seu processo de desenvolvimento sócio-económico.

Como disse atrás, a abordagem do trabalho infantil em Portugal requer uma estratégia expositiva particular, por se tratar de um tema sobre o qual não existe um tratamento sociológico específico. Assim, recorre-se a hipóteses de trabalho indirectas, isto é, retiradas de um conjunto de investigações produzidas acerca de uma outra área: a da economia subterrânea⁵⁹. Por o trabalho infantil ser uma das manifestações desta forma de organização económica, esta estratégia não apresenta qualquer inconveniente pedagógico de maior, antes reforçando uma das *démarches* metodológicas que orientam a cadeira: a da emigração de conceitos e hipóteses de trabalho, que tive oportunidade de referir anteriormente. Os materiais de trabalho específicos sobre o trabalho de crianças são constituídos por uma selecção de textos jornalísticos retirados da imprensa nacional. A par disto, tem sido possível contar com a presença na aula de um membro da Direcção da União dos Sindicatos de Braga que tem acompanhado de perto a situação do trabalho infantil naquela região (o Sr. Alfredo Cardoso Conceição), que faz acompanhar a sua exposição do visionamento de uma vídeo-gravação preparada para a televisão sueca.

O trabalho infantil assume uma dimensão problemática em Portugal, como de resto noutros países, por se chocar abertamente com os princípios gerais da Declaração Universal dos Direitos da Criança. Esta dimensão moral da questão amplia-se quando, como sucede entre nós, a legislação do trabalho é igualmente posta em causa, conferindo ao trabalho infantil o carácter de ilícito jurídico, portanto penalizável. Daqui decorre a clandestinidade deste tipo de trabalho que, por seu turno, envolve uma extrema precarização dos vínculos contratuais e das condições de trabalho (ausência de contrato formal, espaço físico utilizado, condições sanitárias, ausência de descontos e seguros, salários baixíssimos).

⁵⁸ João Ferreira de Almeida, *et al.*, *Exclusão Social: Factores e tipos de pobreza em Portugal*, Oeiras, Celta, 1992 (caps. I, II, IV e V).

⁵⁹ Insiste-se na leitura de pelo menos um dos seguintes textos: Manuel Villaverde Cabral, "A economia subterrânea vem ao de cima: estratégias rurais perante a industrialização e a urbanização", *Análise Social*, XIX (76), 1983, pp. 199-234; Isabel de Sousa Lobo, "Estrutura social e produtiva e propensão à subterraneidade no Portugal de hoje", *Análise Social*, XXI (87-88-89), 1985, pp. 527-562; Maria João Rodrigues, "Trabalho oculto e processo de submersão", *Economia e Socialismo*, 63, 1984; Instituto Damião de Góis - *A Economia Subterrânea e o Exercício da Política Económica e Social em Portugal*, Lisboa, 1985; Dossier "A explosão da economia subterrânea", in *JL*, 148, Maio 1985.

Perante a interrogação recorrente sobre quem estimula o trabalho infantil deve ter-se em conta que esta prática se encontra sujeita a diversas linhas de força. O trabalho infantil é mais frequente e intensamente utilizado em sectores industriais de maior intensidade de trabalho (têxteis, vestuário, calçado e construção civil), com grande implantação nos distritos nortenhos de Braga, Porto, Aveiro e Viana do Castelo, pelo que não pode desligar-se dos contextos sócio-económicos regionais em que é praticado. Desenvolve-se em sectores industriais de crise (exceptuada a construção civil), localizados em regiões de grande interpenetração agrícola-industrial, em que as formas de precarização do trabalho (salários em atraso, contratos a termo certo, trabalho sazonal e a tempo parcial, sub-emprego, trabalho negro, etc.) e outras formas de trabalho atípico penalizam fortemente a segurança económica dos agregados familiares. A ausência de escrúpulos de muitos empresários e os seus engenhosas estratégias de redução dos custos de produção incentivam esta contratação ilegal de mão-de-obra infantil. A este cenário não é estranha a incapacidade e negligência fiscalizadora do Estado (através da Inspeção Geral do Trabalho) que, como se disse antes, actua pela omissão, não observância, ou aplicação selectiva da lei, ampliando a diferença entre o quadro jurídico vigente e as práticas sociais efectivas.

Os efeitos sócio-culturais do trabalho infantil começam por fazer-se notar ao nível da aprendizagem escolar. A ausência mais ou menos prolongada, a irregularidade ou mesmo o abandono da escola são manifestações correntes do comportamento das crianças recrutadas. Com frequência, isto sucede com a complacência dos pais e outros familiares cujo universo cultural minimiza ou dispensa a formação escolar formal, perante situações de aumento do rendimento familiar que o trabalho infantil, apesar de tudo, proporciona. O universo cultural do trabalho reforça-se deste modo no seio das famílias, não apenas quando se trata de trabalho desempenhado ao domicílio, mas igualmente quando a criança experimenta, ela própria, a entrada no terreno da produção fabril. Surge aqui um elemento particularmente interessante da construção de identidades que me parece negligenciado pelas análises disponíveis em Portugal, e que se refere ao processo de aprendizagem do ser-se operário/a a partir de muito jovem.

Se recordarmos o que se disse nos pontos relativos ao trabalho e às representações sociais da juventude e não podemos deixar de nos interrogar sobre os efeitos desta prática num sector da sociedade portuguesa que assim se torna prematuramente adulto, mergulhado num universo cultural-valorativo em que pontua a filosofia do trabalho (em vez do não-trabalho) e com representações sociais e expectativas nitidamente modernas e materialistas. O trabalho infantil parece então ser um *problema* que reforça a validade do princípio epistemológico fundador do trabalho desta cadeira: perante a diversidade das situações, arranjos sociais, comportamentos e valores que apresenta, a sociedade portuguesa não existe a não ser na medida das interrogações que lhe sejam capazes de dirigir.

Capítulo 3

BIBLIOGRAFIA UTILIZADA

4.1. INTRODUÇÃO

Apresenta-se nesta secção apenas uma lista da bibliografia utilizada na cadeira, tanto a de leitura obrigatória, como a de leitura complementar ou facultativa, não devendo o leitor pretender encontrar aqui as todas referências bibliográficas referidas neste texto.

Esta bibliografia é posta à disposição dos estudantes no início do semestre, ficando, para o efeito, sob reserva na Biblioteca da Faculdade de Economia. A selecção dos materiais bibliográficos que segue foi apresentada no capítulo anterior, à medida que se iam enunciando os diferentes pontos do programa. Por esta razão, optou-se aqui pela sua apresentação por ordem alfabética de autores, em vez de um ordenamento temático. Com a excepção de dois pequenos documentos auxiliares, esta selecção bibliográfica é composta, na sua totalidade, por textos editados em língua portuguesa, o que corresponde a uma estratégia de familiarização dos estudantes com a investigação sociológica produzida entre nós sobre os aspectos da sociedade portuguesa tratados na cadeira.

De forma a facilitar a distinção entre os textos de leitura obrigatória e dos de leitura complementar, assinalam-se os primeiros com um asterisco.

4.2. MATERIAIS DE LEITURA

(*) ALMEIDA, Ana Nunes de (1984), *Do Campo à Cidade: O Impacto do Processo de Migração na Organização Interna da Família*, Lisboa, Comissão da Condição Feminina [47-54].

(*) ALMEIDA, João Ferreira de (1990), *Valores e Representações Sociais*. Lisboa, Fundação C. Gulbenkian, Col. Portugal: Os próximos 20 anos. [50-131].

(*) ALMEIDA, João Ferreira de, *et al.* (1992), *Exclusão Social: Factores e tipos de pobreza em Portugal*, Oeiras, Celta [caps. I, II, IV e V].

(*) ANTUNES, M. L. Marinho (1981), "Migrações, mobilidade social e identidade cultural: factos e hipóteses sobre o caso português", *Análise Social*, XVII (65), pp. 17-27.

(*) ARAGÃO, Rui (1985), *Portugal: O Desafio Nacionalista (Psicologia e Identidade Nacionais)*, Lisboa, Teorema [147-238].

(*) CABRAL, João Pina (1981), "O pároco rural e o conflito entre visões do mundo no Minho", *Estudos Contemporâneos*, 2-3, pp. 75-110.

(*) CABRAL, Manuel Villaverde (1983), "A «Segunda República» portuguesa numa perspectiva histórica", *Análise Social*, XIX (75), pp. 127-142.

CABRAL, Manuel Villaverde (1983), "A economia subterrânea vem ao de cima: estratégias rurais perante a industrialização e a urbanização", *Análise Social*, XIX (76), pp. 199-234.

COSTA, Alfredo Bruto da (1984), "O Conceito de Pobreza", *Estudos de Economia*, vol. IV, nº 3, pp. 275-295.

(*) COSTA, Alfredo Bruto da (1986), "A Despesa Social Pública em Portugal, 1960-1983", *Planeamento*, vol. 8, 1/2/3, pp. 1-226 [37-67].

(*) COSTA, António Firmino da (1985), "Espaços urbanos e espaços rurais: um xadrez em dois tabuleiros", *Análise Social*, XXI (87/88/89), pp. 735-756 [745-751].

CRUZ, Manuel Braga da (1988), *O Partido e o Estado no Salazarismo*, Lisboa, Presença.

ESTEVES, Maria do Céu (org.) (1991), *Portugal, País de Imigração*, Lisboa, IED, [caps. 1 e 3].

(*) FERRÃO, João (1985), "Recomposição social e estruturas regionais de classes: 1970-81", *Análise Social*, XXI (87-88-89), pp. 565-604.

(*) FORTUNA, Carlos (1985), "Descolonização, o fim de um ciclo: Portugal, a África e a economia capitalista mundial", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 15-16-17, pp. 469-499.

FORTUNA, Carlos (1987), "Desenvolvimento e Sociologia Histórica: acerca da teoria do sistema mundial capitalista e da semiperiferia", *Sociologia - Problemas e Práticas*, 3, pp. 163-195.

(*) FORTUNA, Carlos e FERREIRA, Claudino (1992), "Estradas e Santuários: Perfil Sócio-Religioso e Motivações dos Peregrinos-Caminhantes a Fátima", Coimbra, *Oficina do CES*, nº 30.

GASPAR, Jorge (1986), *Ocupação e Organização do Espaço: Retrospectiva e Tendências*, Lisboa, Fundação C. Gulbenkian, Col. Portugal: Os Próximos 20 Anos (vol. 1).

INSTITUTO DAMIÃO DE GÓIS (1985), *A Economia Subterrânea e o Exercício da Política Económica e Social em Portugal*, Lisboa.

LOBO, Isabel de Sousa (1985), "Estrutura social e produtiva e propensão à subterraneidade no Portugal de hoje", *Análise Social*, XXI (87-88-89), pp. 527-562.

(*) MENDES, F. Ribeiro (1988), "Segurança Social: a factura da terceira idade" (1 e 2), *Euroexpansão*, n.ºs 45 e 46.

NUNES, A. Sedas e MIRANDA, David (1969), "A composição social da população portuguesa: alguns aspectos e implicações", *Análise Social*, VII, (27-28), pp. 333-381.

(*) PINTO, José Madureira (1985), *Estruturas Sociais e Práticas Simbólico-Ideológicas nos Campos: Elementos de teoria e de pesquisa empírica*, Porto, Afrontamento, [143-166].

(*) PORTELA, José (1986), *Trabalho Cooperativo em Duas Aldeias de Trás-os-Montes*, Porto, Afrontamento.

QUENTAL, Antero de (1987), *Causas da Decadência dos Povos Peninsulares*, Lisboa, Ulmeiro, (5ª ed.) [29-69].

RODRIGUES, Maria João (1984), "Trabalho oculto e processo de submersão", *Economia e Socialismo*, 63.

ROSANVALLON, Pierre (s/d), *A Crise do Estado Providência*, Lisboa, Inquérito [111-143].

(*) SANTOS, Boaventura de Sousa (1984), "A crise e a reconstituição do Estado em Portugal (1974-1984)", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 14, pp. 7-29.

(*) SANTOS, Boaventura de Sousa (1985), "Estado e sociedade na semiperiferia do sistema mundial. O caso português", *Análise Social*, XXI (87-88-89), pp. 869-901.

(*) SANTOS, Boaventura de Sousa (1987), "O Estado, a Sociedade e as Políticas Sociais: O caso das políticas de Saúde", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 23, pp.13-74.

SANTOS, Boaventura de Sousa, (1990), "11/1992: Onze Teses por Ocasão de mais uma descoberta de Portugal", Coimbra, *Oficina do CES*, nº 21.

SANTOS, Maria de Lourdes Lima (1985), *Intelectuais Portugueses na primeira metade de oitocentos*, Lisboa, Presença [52-65].

SILVA, Manuela *et al.* (1984), *Retorno, Emigração e Desenvolvimento Regional em Portugal*, Lisboa, IED [cap. 3].

(*) SILVA, Manuela, *et al.* (1989), *A Pobreza Urbana em Portugal: Um inquérito a famílias em habitat degradado, nas cidades de Lisboa, Porto e Setúbal*, Lisboa, Centro de Reflexão Cristã e Cáritas Portuguesa [caps. II, VI, X, XI e XIII].

Dossier "A explosão da economia subterrânea", *in JL*, 148, Maio 1985.

5.3. OUTROS MATERIAIS AUXILIARES

LOURENÇO, Eduardo (1988), "Somos um povo de pobres com mentalidade de ricos", *in idem*, *O Labirinto da Saudade*, Lisboa, D. Quixote, (3ª ed.).[**Texto-surpresa**].

LARANJEIRA, Manuel, Carta a Miguel de Unamuno, *in UNAMUNO*, Miguel de (1989), *Por Terras de Portugal e de Espanha*, Lisboa, Assírio & Alvim. [**Texto-surpresa**].

ANDRADE, Madalena (s/d), *O Trabalho, o Emprego, a Profissão*, *in* INSTITUTO DA JUVENTUDE e ICS, *Juventude Portuguesa: Situações, Problemas, Aspirações*, Lisboa, ICS, (vol. 3) [148-9].

FINCH, Janet (1986), "The Death of Lydia Brown" *in idem* "The Sociology of Welfare", incluído *in* BURGESS, Robert G. (ed.), *Exploring Society*, London, Longman [p. 118].

PALMEIRIM, Luís Augusto (1989) "A Lavadeira de Alfama"; "O Conselheiro"; "O Namoro de Janela Abaixo", *in idem*, *Galeria de Figuras Portuguesas*, Lisboa, Perspectivas e Realidades.

VÍDEO-GRAVAÇÃO sobre o 25 de Abril - Centro de Documentação 25 de Abril, da Reitoria da Universidade de Coimbra.

VÍDEO-GRAVAÇÃO sobre o *Trabalho Infantil*, preparada para a Televisão sueca.